Estratégia Concursos

Aula 00

CGU (Auditor de Finanças e Controle)

Políticas Públicas

Autor:

Rodrigo Rennó

04 de Novembro de 2022

AULA 0: POLÍTICAS PÚBLICAS. O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (CONSTRUÇÃO DE AGENDA, FORMULAÇÃO DA POLÍTICA, PROCESSO DECISÓRIO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO). PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Olá pessoal, tudo bem?

Nessa aula, iremos cobrir o seguinte tópico:

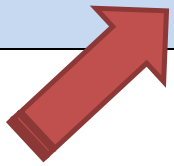
- Políticas públicas. O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Papel das instituições nas políticas públicas.

Espero que gostem da aula!

Quer receber **dicas de estudo e conteúdo gratuito de Administração** em seu **e-mail?**

Cadastre-se na nossa **lista exclusiva**, no link a seguir:

http://goo.gl/EUKHHs



Sumário

Aula o: Políticas públicas. O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação). Papel das instituições nas políticas públicas 1
Formas de Contato e Acesso à Dicas e Conteúdos Gratuitos 3
Fórum de Dúvidas 3
Canal no Telegram – www.t.me/rodrigorenno 3
Políticas Públicas 5
Processo de formulação e desenvolvimento de políticas. 5
Classificação ou Tipos de Políticas 9
Classificação de Lowi 9
Classificações de Teixeira 11
Ciclo de Políticas Públicas 14
Construção da Agenda 16
Formulação de Políticas Públicas 20
Implementação 21
Burocratas e discricionariedade no processo de elaboração de políticas públicas 23
A Burocracia como Ator Político 24
Modelos de Análise 25
Teoria do Equilíbrio Pontuado 27
Coalizões de Defesa 29
Escolha Racional Institucional 33
Papel das instituições nas políticas públicas 33
Impacto na Crise do Estado 38
A Teoria da Escolha Pública – "Public Choice" 39
Resumo 43
Questões Comentadas 55
Lista de Questões Trabalhadas na Aula 73
Gabarito 82
Bibliografia 83

Formas de Contato e Acesso à Dicas e Conteúdos Gratuitos

Fórum de Dúvidas

Nós estaremos à sua disposição no **fórum de dúvidas** para tirar qualquer dúvida que possa surgir.

Desta forma, fique à vontade para entrar lá e tirar suas dúvidas. Iremos respondê-las o mais rápido possível.

Canal no Telegram – www.t.me/rodrigorenno

Gostaria agora de te convidar para participar do meu **canal do Telegram**.

O **Telegram** é um aplicativo muito semelhante ao "whatsapp". Contudo, o Telegram possui várias vantagens em relação ao "whatsapp". As principais são as seguintes:

1. No Telegram, **as dicas e os materiais ficam sempre salvos no canal**, independente do momento que você ingressar no grupo. Assim, você vai ter acesso a tudo o que for postado no canal;
2. No Telegram, **posso mandar questões interativas e pesquisas**. Muitas vezes escolho os temas e tópicos que irei trabalhar depois de perguntar aos alunos do canal;
3. **Somente eu** (dono do canal), **posso mandar mensagens nele**. Portanto, você não ficará recebendo mensagens aleatórias de "bom dia", "boa tarde" e "boa noite". **Você receberá apenas conteúdos focados, diretos e objetivos.**

4. "Mas e se eu quiser participar?" - Se você quiser conversar e trocar ideias comigo ou outros alunos, você poderá participar também do grupo interno do canal, onde as mensagens são liberadas. Assim, só entra no debate interno quem quiser...

Criei esse canal no Telegram com o objetivo principal de poder estreitar a comunicação com você. Nele eu disponibilizo muitas dicas, vídeos novos, comento questões e envio conteúdos gratuitos, através de arquivos em texto, em áudio e em vídeo!

O link de acesso ao meu canal do Telegram é esse: http://t.me/rodrigorenno

O canal foi feito especialmente para você! Vai ser muito bom te ver por lá! ☺

Vamos para a aula?

Um grande abraço,

Rodrigo Rennó

POLÍTICAS PÚBLICAS

Processo de formulação e desenvolvimento de políticas.

Para entender o conceito de política pública, temos de entender os dois sentidos da palavra "política". Nos países de língua inglesa, estes dois conceitos são diferenciados, com a utilização das palavras *politics e policy*.

Entretanto, em nossa língua utilizamos a palavra política para os dois conceitos. O primeiro conceito de política em nossa língua (***politics***) se refere ao **poder de influenciar outras pessoas**, ou de disputa política em si. Este é o conceito mais comum do termo em nosso país.

Desta forma, quando estamos nos referindo às disputas eleitorais ou aos debates entre senadores, por exemplo, estamos utilizando este conceito do termo política.

O outro conceito de política – que seria o ***policy*** na língua inglesa– se refere às **decisões e ações concretas em torno de um problema específico**. Assim sendo, quando dizemos que: "a política habitacional do governo está melhorando a vida das pessoas", estamos utilizando este outro significado do termo política.

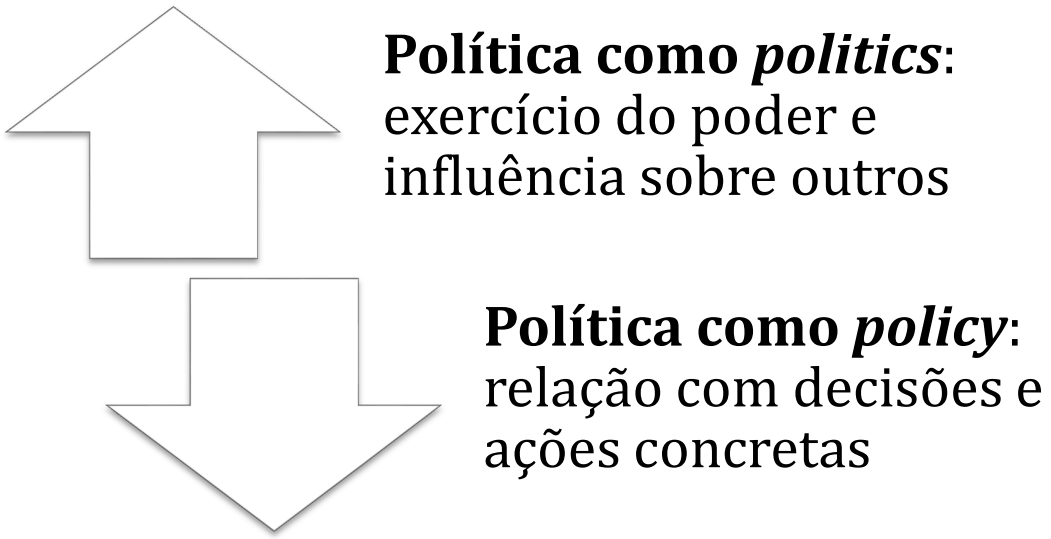


Figura 1 - Diferença entre os conceitos de Política

Frey tem uma outra definição para esses conceitos. Para ele, tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de ***polity*** para denominar as instituições políticas, ***politics*** para os processos políticos e, por fim, ***policy*** para os conteúdos da política[1].

Dimensão	Conceito	
Institucional	***Polity***	Se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à **estrutura institucional** do sistema político-administrativo
Processual	***Politics***	Tem-se em vista o **processo político**, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição
Material	***Policy***	Refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao **conteúdo material das decisões políticas**

Tabela 1 - Conceitos de Polity, Policy e Politics. Adaptado de: (Frey, 2000)

Na realidade, estas dimensões estão ligadas e se influenciam mutuamente. De certa forma, o modo como as instituições (polity) funcionam afeta a disputa política (politics) e acaba também influenciando a política pública (policy).

Portanto, o conceito de política pública que iremos utilizar está ligado ao sentido de ***policy***, o de decisões e ações públicas. De acordo com Secchi[2]:

> "Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. "

Já para Saraiva[3], uma política pública é:

> *"Um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar esta realidade."*

Assim, uma política pública é uma orientação para resolver um problema considerado público e relevante. O primeiro problema, entretanto, é entender o que é exatamente um problema público.

[1] (Frey, 2000)

[2] (Secchi, 2010)

[3] (Saraiva, 2006)

Em teoria, um problema público é uma situação insatisfatória (seja percebida como um problema) que afeta a coletividade de modo relevante (afete ao público em geral). De acordo com Sjoblom[4], um problema público é:

> *"a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Um problema existe quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor."*

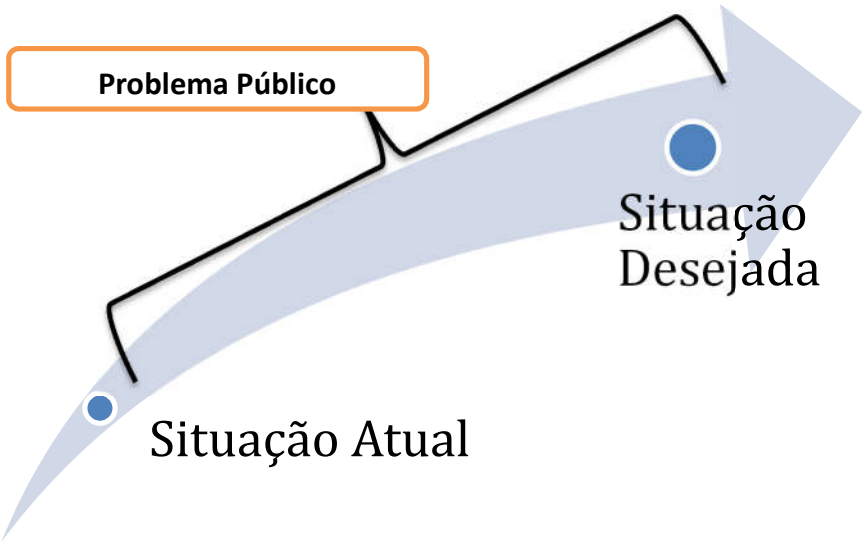


Figura 2 - Problema Público

Um fazendeiro perder sua safra não seria considerado um problema público, por exemplo. Entretanto, se todos os fazendeiros de uma região perderem suas safras isto provavelmente será considerado um problema público.

Alguns autores consideram que apenas as ações governamentais podem ser consideradas como políticas públicas. Entretanto, as bancas, em sua maioria, têm considerado que **o Estado não tem um "monopólio" das políticas públicas.**

Ou seja, uma política pública deve ser direcionada para resolver um problema público, seja ela uma política governamental ou não.

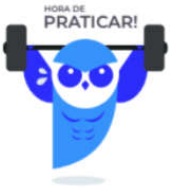
De acordo com Saraiva[5], nas definições dos dicionários de ciência política encontram-se os seguintes componentes comuns:

- **Institucional:** a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;
- **Decisório**: a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;
- **Comportamental**: implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;

[4] (Sjoblom, 1984) apud (Secchi, 2010)

[5] (Saraiva, 2006)

- **Causal**: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.



(EBC – ANALISTA) Em inglês, usam-se os termos polity, politics e policy para caracterizar as três dimensões da política. Eles se referem, respectivamente, às instituições políticas, aos processos políticos e aos conteúdos da política. Policy é adotado para designar as políticas públicas (public policy).

Comentários:

Perfeito. O termo "políticas públicas" adota o significado de "policy", ou seja, as ações e programas concretos que objetivam resolver algum problema público. Seria a dimensão do "conteúdo" da política.

A dimensão das instituições políticas está relacionada com o conceito de polity, ao passo que o processo político está ligado ao conceito de politics.

Gabarito: correta

(SGA/AC – GESTOR) Política pública é sinônimo de decisão política: ambas envolvem a alocação imperativa de valores e recursos.

Comentários

Uma política não é somente uma decisão política. Se fosse assim, diversos problemas brasileiros já estariam resolvidos, não é mesmo? Vontade política é importante, mas não é tudo.

Além de uma decisão acertada, deve existir uma implementação bem-feita da política.

Gabarito: errada

(PREFEITURA RIO BRANCO – TÉCNICO) O termo público, associado à política, não se refere exclusivamente à ação do Estado, mas, sim, à coisa pública, ou seja, àquilo que é de todos.

Comentários

Apesar de, normalmente, as políticas públicas serem de iniciativa governamental, estas não são exclusivas do Estado. Claro que o Estado é muito importante, mas a sociedade organizada, ou seja, a coletividade também pode estar envolvida em certas políticas públicas.

Gabarito: correta

Classificação ou Tipos de Políticas

Classificação de Lowi

A tipologia mais conhecida das políticas públicas foi desenvolvida por Theodore Lowi. Esta tipologia se baseia no impacto destas políticas na sociedade.

Estas tipologias nos servem para compreender melhor como cada tipo de política pode se desenvolver. Entretanto, é bom saber que muitas vezes é difícil "enquadrar" uma política somente em um tipo. Ou seja, as "fronteiras" entre estas políticas nem sempre são claras.

De qualquer forma, estes tipos nos facilitam a melhor compreensão da dinâmica destas políticas. De acordo com este autor, os tipos de políticas públicas são[6]:

Políticas Regulatórias

Como o próprio nome diz, estas políticas **servem para regular o comportamento e atuação de pessoas ou organizações.** Quando o governo, por exemplo, edita normas para a venda de produtos orgânicos ou edita uma lei proibindo a venda de bebida alcoólica em rodovias está estabelecendo uma política regulatória.

A dinâmica que envolve estas políticas é de tipo pluralista, ou seja, depende da relação de forças entre os atores presentes na sociedade naquele determinado momento.

Políticas Constitutivas

São as políticas que **definem as "regras do jogo",** ou seja, são as **regras sobre as regras**. De certo modo, definem as jurisdições, regras e competências da disputa política e da elaboração das políticas públicas[7].

Como exemplos, temos as regras eleitorais, as leis que definem os relacionamentos entre os poderes e entre os entes federativos etc. São também conceituadas como meta-policies, pois estão acima dos outros tipos de políticas e condicionam o equilíbrio de poder.

---

[6] (Lowi, 1964) apud (Secchi, 2010)

[7] (Secchi, 2010)

Políticas Distributivas

Estas políticas têm como característica principal o fato de que os **benefícios são concentrados em um número restrito de grupos ou pessoas**, enquanto os **custos são difusos** para a **sociedade como um todo.**

Desta maneira, estas políticas não costumam ter muitos conflitos, pois acabam "custando pouco" para cada um de nós e não "percebemos" o seu custo individualmente. Como exemplos destas políticas, poderíamos citar os subsídios para certas indústrias ou as taxas reduzidas para idosos.

Políticas Redistributivas

Esta é o tipo de **política pública mais conflituosa**, pois são **custeadas por um grupo restrito de pessoas para o benefício também de um grupo restrito de pessoas.**

Assim, seria o tipo de política "**Robin Wood**", que tira de uns para dar para os outros. Como podem imaginar, estas políticas são muito polêmicas e contam com uma disputam entre os grupos que querem que a política seja efetivada contra outros que desejam que a política não "pegue".

Como exemplo destas políticas públicas redistributivas, podemos citar as cotas raciais em faculdades públicas ou o programa de distribuição de terras (reforma agrária).

Figura 3 - Tipologia de Lowi

Outra classificação é a de Procopiuk[8]. Para ele, podemos classificar as políticas públicas como:

[8] (Procopiuk, 2013)

Tipo de Política Pública	Descrição
Setoriais	A delimitação ocorre por tema, relacionado à própria conceituação do problema pela política pública. EX.: combate às drogas, problemas ambientais, direitos do cidadão etc.
Territoriais	A delimitação é geográfica, relacionada à circunscrição territorial. EX.: políticas de desenvolvimento do semiárido, as políticas de combate ao contrabando e descaminhos em fronteiras etc.
Verticais	São as mais tradicionais e comuns de serem encontradas. Estão relacionadas à coordenação vertical das políticas públicas e o desafio na capacidade política de assegurar a harmonia e uniformidade nas políticas. Ex.: sobre educação básica, política tributária, política de desenvolvimento urbano etc.
Horizontais	Também chamadas de mutuamente integradas! São desenvolvidas entre partes situadas hierarquicamente em um mesmo âmbito. EX.: políticas de coletas de resíduos urbanos por municípios situados em áreas metropolitanas, políticas de combate ao tráfico de drogas no Mercosul etc.

Classificações de Teixeira

Além da tipologia de Lowi, temos outras classificações cobradas em concursos, como a definição de Teixeira[9]. De acordo com ele, as políticas públicas podem ser definidas de acordo com os seguintes critérios:

*Quanto à **natureza ou grau da intervenção**:*

*a) **estrutural** – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc.*

*b) **conjuntural ou emergencial** – objetivam amainar uma situação temporária, imediata.*

*Quanto à **abrangência dos possíveis benefícios**:*

[9] (Teixeira, 2002)

*a) **universais** – para todos os cidadãos*

*b) **segmentais** – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.).*

*c) **fragmentadas** – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.*

*Quanto aos **impactos que podem causar aos beneficiários**, ou ao seu papel nas relações sociais:*

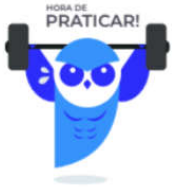
*a) **distributivas** – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;*

*b) **redistributivas** – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;*

*c) **regulatórias** – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.*

Assim, podemos ver resumidamente no gráfico abaixo as classificações de Teixeira:

Classificação das Políticas Públicas (Teixeira)	
Quanto à **natureza ou grau da intervenção:**	**Estrutural**
	Conjuntural ou emergencial
Quanto à **abrangência dos possíveis benefícios:**	**Universais**
	Segmentais
	Fragmentadas
Quanto aos **impactos que podem causar aos beneficiários**	**Distributivas**
	Redistributivas
	Regulatórias



(EBC – ANALISTA) Políticas distributivas geram impactos mais particulares do que universais, ao privilegiarem certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo.

Comentários:

Beleza. As políticas públicas do tipo "distributivas" canalizam recursos para um grupo pequeno de pessoas, mas é custeado pelo conjunto da sociedade.

Desta maneira, beneficiam "fortemente" alguns grupos ou pessoas, mas não são facilmente percebidos pela população em geral, que é quem custeia o benefício.

Gabarito: correta

(SEE-SP - EXECUTIVO) Sobre os tipos de políticas públicas, aquela que tem objetivos setoriais ou atende a demandas pontuais de grupos sociais específicos é a política pública

A) redistributiva.

B) distributiva.

C) refinanciadora.

D) regulatória.

E) regulo-redistributiva.

Comentários

A política pública do tipo distributiva tem como característica principal o fato de que os benefícios são concentrados em um número restrito de grupos ou pessoas, enquanto os custos são difusos para a sociedade como um todo.

Desta maneira, estas políticas não costumam ter muitos conflitos, pois acabam "custando pouco" para cada um de nós e não "percebemos" o seu custo individualmente. Como exemplos destas políticas, poderíamos citar os subsídios para certas indústrias ou as taxas reduzidas para idosos.

Gabarito: letra B

(TCU – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO) Quanto aos seus impactos sobre as relações sociais, as políticas públicas podem ser classificadas como distributivas, redistributivas ou regulatórias.

Comentários

Nesta questão, a banca não mencionou as políticas constitutivas, mas mesmo assim o Cespe considerou a frase como correta. A classificação está correta, mesmo com o conceito que está "faltando".

Gabarito: correta

(EBC – ANALISTA) As políticas regulatórias envolvem grupos de interesse, o que dispensa o envolvimento da burocracia governamental e de políticos.

Comentários

As políticas regulatórias não dispensam o envolvimento dos políticos, muito menos da burocracia governamental. Os políticos serão os que tomarão as decisões sobre quais políticas devem ser criadas e ampliadas, e a burocracia irá implementar a política pública.

Gabarito: errada

Ciclo de Políticas Públicas

Para facilitar a compreensão do processo de políticas públicas, separa-se em etapas ou fases sequenciais o que seria o ciclo de políticas públicas. De acordo com Saraiva[10], estas fases são: **definição da agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação**.

Entretanto, cabe ressaltar que **estas fases podem estar sobrepostas na realidade**, ou seja, podem ocorrer ao mesmo tempo. Existem muitas situações também em que as fases não ocorrem na mesma sequência disposta na teoria.

Assim sendo, esta divisão das etapas serve mais como um exercício de reflexão sobre a dinâmica das políticas públicas e para facilitar nossa compreensão sobre este processo.

[10] (Saraiva, 2006)

Figura 4 - Ciclo de Políticas Públicas

De acordo com Secchi[11], ainda existe a etapa da extinção. Esta etapa origina-se com base em três causas:

- ✓ O problema que originou a política é percebido como resolvido;
- ✓ Os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; ou
- ✓ O problema perdeu importância.

Nesta fase teríamos uma reflexão sobre os limites das políticas públicas, seu esgotamento e necessidade de substituição por novas políticas.

11

Construção da Agenda

A construção da agenda é a **primeira fase do processo de políticas públicas**. Esta fase envolve a **identificação do problema público e a percepção de que algo deve ser feito para resolvê-lo**.

Em relação à identificação do problema, esta depende da percepção das pessoas e grupos. Isto ocorre, pois nem sempre temos a mesma noção do que realmente seja um "problema". Pense na sua vida, por exemplo. Não ter um celular de última geração é um problema? Pode ser que sim ou pode ser que não, não é verdade? Depende da percepção de cada um.

Da mesma forma, em nossa sociedade nem sempre temos uma percepção difundida entre a sociedade de que algo, mesmo que seja insatisfatório, seja um problema.

Vejam o caso das escolas públicas. Muitos pais de crianças pobres, em muitos casos eles mesmos analfabetos, não percebem a escola dos filhos como deficiente. Para muitos, só o fato da escola existir já é um avanço sobre o que eles tiveram quando crianças. Assim, não existe ainda uma percepção naquelas pessoas de que isto é um problema público a ser resolvido.

Assim sendo, a identificação de um problema, de acordo com Sjoblom[12], engloba: a percepção do problema, a definição ou delimitação do problema e a avaliação da possibilidade de resolução.

Portanto, **não basta a percepção de um problema**. Deve existir um entendimento de que é possível, com os recursos públicos, resolver este problema. Como diz o ditado popular: o que não tem remédio, remediado está.

Uma etapa importante é a organização das demandas sociais, quais são os problemas percebidos como relevantes para a sociedade ou mesmo para determinados grupos sociais.

Quando existe um problema público identificado, vários atores políticos podem buscar incluí-lo na agenda, ou seja, inserir este tema no rol de temas considerados relevantes pelo Estado.

Segundo Saraiva[13]:

> *"Na sua acepção mais simples, a noção de "inclusão na agenda" designa o estudo e explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos a adquirir status de "problema público", transformando-o em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas. "*

Desta forma, a inclusão de um tema na agenda possibilita que este assunto seja objeto de debates e da busca por alternativas de solução.

---

[12] (Sjoblom, 1984) apud (Secchi, 2010)

[13] (Saraiva, 2006)

De acordo com Cobb e Elder[14], existem dois tipos de agendas:

- **Agenda Política:** conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública;
- **Agenda Formal:** também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar.

Um tema pode entrar na agenda de modo rápido, como o caso de uma grande enchente em uma cidade grande**, ou pode ser "construído" aos poucos**, como a falta de saneamento básico nas grandes cidades brasileiras.

Existem casos, entretanto, de problemas que saem da agenda, como foi o caso brasileiro da dívida externa ou da inflação. Estes eram temas muito importantes na agenda governamental nos anos 80 e 90 do século passado, mas atualmente não são percebidos como problemas públicos tão importantes.

De acordo com Kingdon[15]:

> *"Uma agenda governamental é uma lista de temas que são alvos de atenção por parte das autoridades em um determinado momento. Assim, um processo de estabelecimento de agenda filtra o conjunto de temas, que poderiam ocupar suas atenções, produzindo a lista de temas na qual eles realmente se concentram. "*

Estas agendas podem também ser classificadas em três tipos:

Agenda	Descrição
Não governamental	Temas que **não recebem muita atenção do Estado**, apesar de serem reconhecidos como problemas pela sociedade como um todo. Alguns autores consideram estes temas apenas um "estado de coisas";
Governamental	Temas que já estão sendo analisados pelo governo de um modo formal e institucionalizado;
Decisória	Temas que estão em um processo de decisão formal pelos políticos e que serão abordados por uma política pública.

Esta divisão é importante para entendermos porque um problema as vezes é abordado pelos políticos, mas nunca "vai adiante". Para que um problema seja enfrentado de modo eficaz, é necessário que esteja na agenda de decisão.

Muitas vezes ocorre uma chuva torrencial no Rio de Janeiro, por exemplo, e muitas pessoas perdem suas vidas em desabamentos. Este tema logo "entra" na agenda governamental e

[14] (Cobb e Elder, 1983) apud (Secchi, 2010)

[15] (Kingdon, 2006)

muitos dos políticos defendem a atuação do governo e políticas públicas que evitem outras catástrofes no futuro.

Entretanto, com o tempo o assunto vai "perdendo força" e sai da agenda. Com isso, nada é efetivamente feito e novos acidentes acontecerão no futuro.

Ainda existem os temas que, apesar de serem reconhecidos como problemas, não são nem abordados pelos políticos. Isto pode ocorrer pelo fato dos políticos serem contra a solução dos problemas (como ocorre no caso da impunidade dos próprios políticos) ou pelo alto custo da solução do problema, dentre outros fatores.

De acordo com Kingdon, o **modelo dos fluxos múltiplos** tenta explicar porque alguns temas entram e outros não entram na agenda governamental. Este modelo parte do princípio de que os governos são permeados por três fluxos:

- Fluxo dos problemas;
- Fluxo das soluções ou alternativas;
- Fluxo da política.

O **fluxo dos problemas** engloba todas as situações percebidas como problemas públicos. Muitas vezes, os próprios políticos não enxergam certas situações como problemas. Assim, alguns elementos podem ajudar a mudar uma situação do "estado de coisas" para a agenda governamental:

- ✓ **Indicadores** – podem indicar a piora rápida de um problema ou uma tendência crítica;
- ✓ **Crises e eventos** – um momento em que a população saia em defesa de alguma causa ou algum evento que "imponha" a discussão de um problema, como o caso de uma morte hedionda de uma criança, por exemplo.
- ✓ ***Feedback*** – a própria percepção da ação governamental pode "acender a luz vermelha" e levar um tema a ser discutido, como ocorre no caso da segurança pública em algumas cidades, por exemplo.

Já o **fluxo de soluções** normalmente parte do que se chama de *policy communities,* ou seja, grupos de especialistas da área que desenvolvem propostas (que muitas vezes não são relacionadas diretamente com os problemas do momento).

Estes especialistas debatem estas propostas dentro destas comunidades (como as Universidades e centros de pesquisa etc.), sendo o consenso e a busca pelo convencimento dos outros membros os métodos em que as propostas são "validadas".

Dentre os fatores que farão as propostas serem reconhecidas, podemos citar a viabilidade técnica e econômica, bem como a comunhão de valores aceitos pela comunidade.

Finalmente, o **fluxo político** se relaciona com as barganhas e negociações entre os políticos propriamente ditos. Nesta dinâmica, Kingdon menciona três elementos que impactam neste fluxo:

- O clima político nacional – national mood;
- As forças políticas organizadas ou grupos de pressão;
- Mudanças ocorridas dentro do governo.

Estes três fluxos devem convergir para que um problema entre na agenda governamental, de acordo com o autor. Entretanto, **nem sempre é necessário que todos os três fluxos estejam convergindo no mesmo tempo**. O que ele diz é que **é necessário que estejam alinhados para que um tema seja alçado à agenda decisória.**

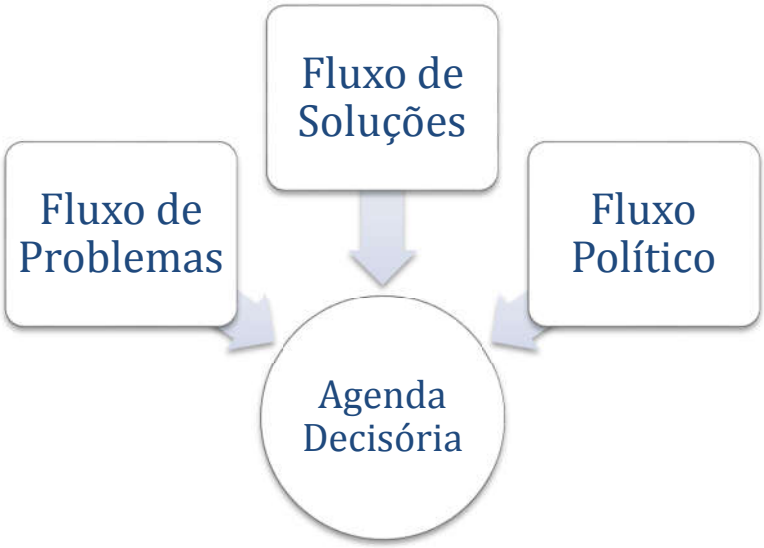
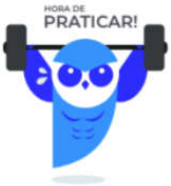


Figura 5 - Modelo de Fluxos Múltiplos



(SGA/AC – GESTOR) Todos os problemas sociais relevantes fazem parte da agenda de políticas públicas.

Comentários

Quem dera, não é mesmo? Existem temas que, apesar de serem reconhecidos como um problema público pela sociedade, não chegam a entrar na agenda governamental e se mantém como um "estado de coisas".

Isto pode ocorrer por falta de vontade política de resolver o problema específico, a falta de recursos ou a percepção de que a ação governamental não resolverá este problema.

Gabarito: errada

(SEE-SP - EXECUTIVO) Em seu discurso na televisão, o ministro João Antônio disse: "...ser impossível para os atores públicos concentrarem suas atenções e atenderem a todos os problemas existentes em uma sociedade, dado que estes são abundantes, e os recursos necessários para solucioná-los, escassos. Por isso, é necessário que se

estabeleçam quais questões serão tratadas pelo governo". O processo descrito pelo ministro tem relação com as fases ou ciclos de formulação das políticas públicas. A fase em questão é a fase de

A) análise para investimentos.

B) formação da agenda.

C) formulação de políticas.

D) implementação.

E) avaliação de viabilidade.

Comentários

O que o ministro está dizendo é que existe a necessidade de determinar quais serão os temas que serão objeto de ação do governo. Quando existe um problema público identificado, vários atores políticos podem buscar incluí-lo na agenda, ou seja, inserir este tema no rol de temas considerados relevantes pelo Estado.

Segundo Saraiva[16]:

"Na sua acepção mais simples, a noção de "inclusão na agenda" designa o estudo e explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos a adquirir status de "problema público", transformando-o em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas."

Desta forma, a inclusão de um tema na agenda possibilita que este assunto seja objeto de debates e da busca por alternativas de solução.

Gabarito: letra B

Formulação de Políticas Públicas

A etapa da formulação das alternativas de políticas públicas é a **fase em que os atores mostram suas preferências e quando tentam afirmar seus interesses**. De acordo com Saraiva[17]:

> *"A formulação inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro. "*

[16] (Saraiva, 2006)

[17] (Saraiva, 2006)

Desta forma, **na etapa da formulação é que os atores (políticos, analistas e demais atores) envolvidos na política resumem o que esperam que sejam os resultados da política**[18].

Nesta dinâmica, podem ocorrer três tipos de interação: **a luta** (que se resume à um embate de "soma zero", em que um lado ganha e o outro perde), **o jogo** (em que o objetivo das partes é apenas vencer, mantendo o outro lado "vivo" na disputa) e **o debate** (em que o objetivo não é a derrota do outro, mas seu convencimento).

Implementação

A implementação é a **etapa em que os planos e decisões são postos em prática**. Neste momento, são executadas as ações e os primeiros resultados da política começam a aparecer.

A implementação, de acordo com Hill[19], "refere-se a objetivos específicos, à tradução na prática, das políticas que emergem do complexo processo decisório". Já de acordo com Saraiva[20],

> *"A implementação, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. "*

Esta etapa é **fundamental para qualquer política**, pois não adianta nada um excelente diagnóstico e a escolha da melhor alternativa **se não existir uma implementação correta**.

Existem muitos exemplos em nosso país de "leis que não pegam" ou de "programas que não vingam", pois as decisões políticas não levaram em consideração certas dificuldades na hora de implementar estas decisões[21].

De acordo com Sabatier[22], existem dois modelos de implementação de políticas públicas: o modelo **top-down** (de cima para baixo) e o modelo **bottom-up** (de baixo para cima).

O **modelo top-down** se baseia na noção de que a decisão política está distanciada de sua implementação. Esta noção é baseada no modelo de Wilson que separa a Política da Burocracia (administração) e considera a implementação um processo simples e menos importante.

---

[18] (Secchi, 2010)

[19] (Hill) apud (Saraiva, 2006)

[20] (Saraiva, 2006)

[21] (Secchi, 2010)

[22] (Sabatier, 1986) apud (Secchi, 2010)

De certa forma, após as considerações políticas e as análises das forças e consequências de cada decisão, caberia à burocracia apenas alocar os recursos necessários para que as políticas sejam executadas.

Desta maneira, **este modelo acredita o processo de implementação pode ser controlado de "cima para baixo" e que os políticos têm condições de coordenar o processo de implementação**.

De acordo com esta lógica, um comitê estratégico formularia a política em Brasília e caberia ao servidor no Acre somente aplicar todas as diretrizes emanadas da capital. Este servidor não teria nenhum poder ou poderia influenciar a política.

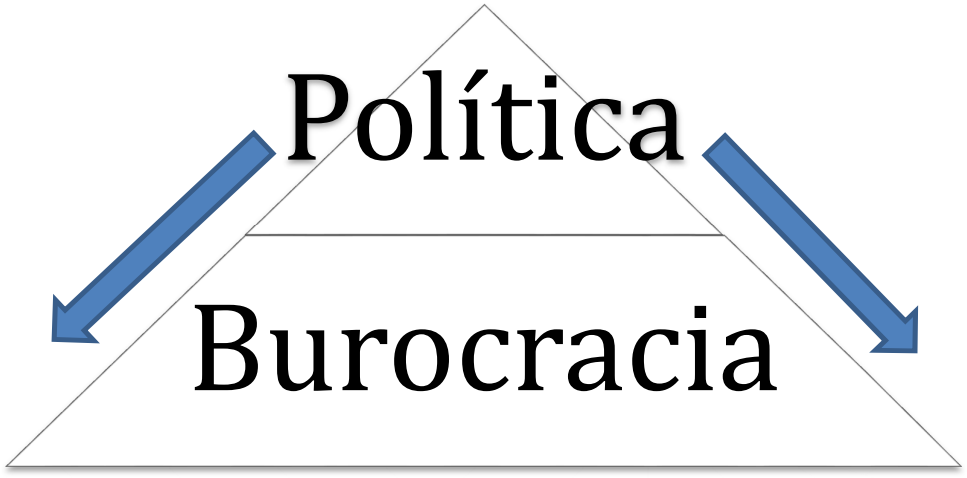


Figura 6 - Modelo Top-down

Já o **modelo Bottom-up** critica esta visão simplista do processo de implementação e enfatiza a dificuldade de "traduzir" certos planos concebidos por pessoas distantes das dificuldades e especificidades dos problemas no plano concreto.

Assim, se alguém em Brasília "bolar" uma política muito bem-intencionada sem, entretanto, levar em consideração as dificuldades dos burocratas em Roraima, por exemplo, de executar estas políticas com os recursos e problemas locais, levará ao fracasso quase certo da política.

O modelo bottom-up postula, portanto, que **os burocratas que irão implementar esta política devem ter muito mais discricionariedade e poder para escolher os meios e recursos que irão utilizar para executar as políticas, além de fornecer informações que subsidiem o desenho da política.**

Ou seja, o modelo afirma que o processo de implementação também deve ser influenciado pelos agentes que irão, na prática, executá-lo.

Dizendo de outra maneira, o modelo bottom-up mostra que **existe "formulação na implementação".**

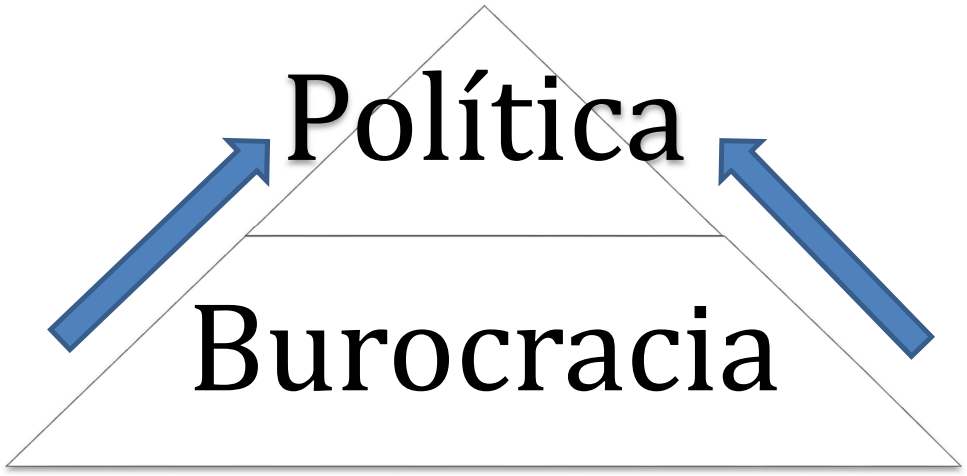


Figura 7 - Modelo Bottom-up

De acordo com Hill[23], existem diversos motivos que indicam que os executores das políticas devem ter maior poder de influenciar as políticas:

- Porque não há como resolver conflitos durante a fase de formulação de políticas;
- Porque se considera necessário permitir que as decisões-chave sejam tomadas só quando todos os fatos estiverem disponíveis para os implementadores;
- Porque se acredita que os implementadores (profissionais, por exemplo) estão melhor preparados que outros para tomar decisões-chave;
- Porque pouco se sabe previamente sobre o verdadeiro impacto das novas medidas;
- Porque é sabido que as decisões diárias terão que envolver negociações e compromissos com grupos poderosos;
- Porque se considera politicamente inadequado tentar resolver os conflitos.

Burocratas e discricionariedade no processo de elaboração de políticas públicas

Na abordagem tradicional, a tomada de decisão ocorreria no nível político e o corpo burocrático seria responsável exclusivamente pela execução.

Essa abordagem teria como pressupostos, para poder funcionar a contento, os seguintes elementos:

- ✓ Os tomadores de decisão disporiam de **informações completas** sobre o problema, dentro e fora da organização;
- ✓ O contexto em que os atores estão operando é **razoavelmente estável**.

Esse modelo "***top-down***", tradicional, **não é adequado ao funcionamento do moderno setor público**. As organizações públicas, principalmente aquelas que estão envolvidas na

[23] (Hill, 2006)

prestação dos principais serviços públicos, são muito complexas para que esse modelo possa funcionar.

Os formuladores políticos, nossos representantes eleitos, costumam tomar decisões muito genéricas, ambíguas ou até contraditórias. Desta forma, é natural que uma boa parte da decisão repouse no domínio da burocracia. É a "formulação na implementação", ou seja, parte da formulação da política pública ocorre no momento da execução.

Essas decisões ambíguas ou vagas são comuns e fazem parte da disputa política. Muitas vezes, a conjuntura política só permite acordos vagos mesmo. Este "espaço" ou discricionariedade concedida ao corpo burocrático pode gerar os seguintes problemas:

- ✓ **Deslocamento dos objetivos** – ocorre quando o objetivo a ser alcançado é alterado no andamento da execução da política pública;
- ✓ **Déficit de execução** – ocorre quando os objetivos não são alcançados completamente ou as normas não são seguidas;
- ✓ **Seletividade involuntária** – ocorre quando uma política pública desenhada para ser abrangente é direcionada à um grupo mais restrito.

O papel da burocracia na formulação e na implementação das políticas públicas envolve também o que costuma ser chamado de "**ilegalidade útil".**

Isso acontece quando **existem tantas normas e regulamentos sobre um mesmo assunto, muitos deles conflitantes, que a burocracia pode "escolher" qual deles seguir e qual rejeitar em vista do objetivo que deve alcançar.**

Deste modo, como o contexto é complexo e os políticos não dispõem de informações adequadas sobre os elementos da política pública, existe na prática uma certa **discricionariedade** dos burocratas na implementação das políticas públicas.

Esta discricionariedade pode ser vista sobre dois prismas: um positivo e um negativo. Pelo lado positivo, a discricionariedade daria maior campo de ação e decisão para a burocracia, possibilitando maior criatividade e decisões mais rápidas no âmbito operacional.

Já o lado negativo está associado ao não seguimento das normas e regulamentos, com os desvios éticos e com comportamentos voltados aos interesses privados e não públicos.

A Burocracia como Ator Político

Os agentes burocráticos participam, portanto, tanto da formulação como da implementação das políticas públicas. Ao contrário do que a abordagem tradicional postulava, **a burocracia não é um "agente neutro".**

Ou seja, **a burocracia tem interesses próprios e tentam maximizar esses interesses**. Além disso, são atores capazes de mobilizar recursos políticos para as causas que desejam influenciar.

O corpo burocrático tem uma visão do seu papel no "jogo político" que não se restringe à um caráter apenas técnico, de execução. Costumam desenvolver sua própria visão sobre as políticas governamentais e tentam influenciar seu funcionamento.

Portanto, podem inclusive disputar com os agentes políticos o controle do processo político, visando decisões alinhadas aos seus interesses. **Um argumento constantemente utilizado para ganhar legitimidade é a sua capacidade técnica.**

Abaixo, podemos ver os elementos positivos que dão sustentação para a burocracia no processo de políticas públicas:

Recursos da Burocracia
Sua permanência e estabilidade no processo
O controle sobre informações críticas
Sua capacidade e competência técnica
Sua rede de contatos

MODELOS DE ANÁLISE

Existem diversos modelos que tentam explicar como funciona o processo de construção das políticas públicas. Abaixo seguem alguns dos principais:

Incrementalismo

De acordo com este modelo, **não é possível, na maioria das vezes, tomar uma decisão que altere significativamente o *status quo*.** Ou seja, o modelo diz que as **decisões no presente são condicionadas pelas decisões passadas.**

Depois de muito investimento em uma política de repressão ao tráfico de drogas, por exemplo, seria muito difícil a liberação das mesmas, pois já existiriam "grupos de pressão" que seriam favorecidos por esta política que "brigariam" por sua manutenção.

Esta ideia do incrementalismo é muito forte na máquina governamental, mas não explica todas as situações, como as vividas em momentos de crise (como as vividas pelos países em guerra ou crise fiscal).

De acordo com Celina Souza[24]:

> *"Os autores argumentaram que os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero e sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos. Assim, as decisões dos governos seriam apenas incrementais e pouco substantivas. "*

Muitas vezes, não existem recursos para que a decisão ideal seja tomada. Assim, busca-se alterar aos poucos a realidade em vez de se mudar radicalmente uma política pública.

Da mesma forma, após uma política ser "posta em prática" é muito difícil reverter esta política. Passam a existir diversos grupos favorecidos pela política que não deixariam facilmente esta decisão ser tomada.

Assim, uma política que forneça juros subsidiados aos fazendeiros teria sempre um apoio destes mesmos fazendeiros, além dos seus fornecedores e credores, de modo que estes seriam contra qualquer mudança na política.

Modelo Racional Compreensivo

De acordo com este modelo, **existem informações completas ao dispor dos agentes públicos e seria possível uma decisão que tomasse em questão todas as alternativas possíveis com base em uma racionalidade.**

Ou seja, o modelo postula que **o Estado teria condições de prever todos os desdobramentos futuros de suas decisões e analisar todas as variáveis importantes**. O problema é que o modelo "enxerga" o governo como um ente único e não um somatório de forças e grupos de pressão que podem ter interesses divergentes.

Assim, este governo "todo poderoso" poderia pesar todos os prós e contras de maneira racional e tomar decisões de impacto – e não somente incrementais.

Modelo Mixed-Scanning ou Sondagem Mista

Como nem o modelo incremental nem o modelo racional conseguiam explicar corretamente o funcionamento do processo de formulação, Etzioni montou um modelo que englobasse os dois modelos – o modelo mixed-scanning ou de sondagem mista.

Basicamente, Etzioni afirmou que **existem dois tipos de decisões**: as **fundamentais** (que devem ser analisadas tendo uma visão mais "macro" e que são estratégicas e estruturantes) e as **incrementais** (que são derivadas das decisões fundamentais e que devem ser mais detalhadas).

---

[24] (Souza, 2006)

De acordo com Etzioni[25],

> *"os dois elementos da sondagem mista ajudam a reduzir os efeitos das limitações particulares em do outro; o incrementalismo reduz os aspectos irrealistas do racionalismo, ao limitar os detalhes exigidos nas decisões fundamentais; e o racionalismo "contextuante" ajuda a superar a tendência conservadora do incrementalismo por meio da exploração de alternativas de prazos mais longos."*

Desta forma, **uma revisão maior do contexto deve ser feita quando as decisões sejam mais abrangentes, mais estratégicas. Ao mesmo tempo, decisões baseadas no modelo incremental devem ser utilizadas quando os temas sejam ordinários, do dia-a-dia.**

Modelo Lata de Lixo

Neste modelo, **existe a compreensão de que a formulação de alternativas não parte de um ente monolítico, mas sim de diversos atores (a comunidade de políticas) com pouca coerência entre si e que nem sempre desenvolvem propostas tendo um problema específico em mente**.

Desta forma**, diversos atores vão desenvolvendo "soluções"** e estas ficariam guardadas em uma "**lata do lixo**" esperando ser escolhidas para resolver um problema em especial. Assim, quando um problema se apresenta para a sociedade, procuram-se soluções nesta "lata do lixo" que possam resolver o problema.

De acordo com Souza[26],

> *"Ou seja, existem vários problemas e poucas soluções. As soluções não seriam detidamente analisadas e dependeriam do leque de soluções que os decisores (policy makers) têm no momento. "*

No fundo, este modelo tenta mostrar que **o processo de formulação é um pouco anárquico e que os atores nem sempre têm propostas consistentes**.

Com isso, as diversas propostas vão se acumulando em um depositório de "soluções" a serem escolhidas pelos atores. **Soluções procurariam problemas e não o contrário.**

Teoria do Equilíbrio Pontuado

A Teoria do Equilíbrio Pontuado busca explicar uma situação recorrente nas políticas públicas: **apesar das políticas serem, geralmente, marcadas por uma estabilidade, ocasionalmente ocorrem grandes "rupturas".** Assim, as políticas públicas teriam um caráter de estabilidade, mas grandes mudanças poderiam ocorrer (em crises, por exemplo).

[25] (Etzioni, 2010)

[26] (Souza, 2006)

Esta teoria foi desenvolvida primeiramente, por Frank Baumgartner e Bryan Jones ao longo dos anos 80 e 90, tendo como base a política norte-americana. Entretanto, estudos mais recentes indicam que esse comportamento costuma ser identificado em diversos outros países.

A teoria lida com dois elementos importantes no processo político: a definição dos temas (ou "issues", em inglês) e da agenda. De acordo com Barcelos[27],

> *"Seu foco analítico volta-se à forma como a atenção dos tomadores de decisão (policymakers) é dirigida a determinados temas e assuntos, que entram em sua agenda e exigem solução em termos de política pública em detrimento de outros que são excluídos."*

De acordo com as diversas maneiras que os temas são definidos no discurso político e o modo como estes temas entram e saem da agenda, pode ocorrer duas coisas: um reforço ou um questionamento das políticas públicas existentes.

Um movimento de reforço gera possibilidade apenas de mudanças incrementais nas políticas existentes, ao passo que um questionamento pode gerar uma abertura para mudanças mais drásticas das políticas. **Essa teoria é, portanto, uma crítica aos modelos incrementais de análise de políticas públicas.**

Outra contribuição dessa teoria ao estudo das políticas públicas foi o conceito de "**subsistema de política pública**". Esse conceito está baseado na ideia de que **os rumos dos processos de políticas públicas são definidos no interior de "comunidades" habitadas por atores dotados de algum nível de especialização no tema ou, pelo menos, algum conhecimento setorial.**

De acordo com True, Baumgartner e Jones[28],

> *"Nenhum sistema político é caracterizado pela discussão contínua e ao mesmo tempo de todos os assuntos. As discussões sobre questões e temas diversos são geralmente desagregadas em vários subsistemas de política pública (policy subsystems). A maioria das questões, a maior parte do tempo, são discutidas dentro desses subsistemas, que acabam constituindo "comunidades de especialistas" naquele assunto em questão".*

Deste modo, existe uma ênfase no conhecimento ou expertise técnico nesta teoria. Naturalmente, muitas decisões ultimamente são tomadas por agentes que não dominam tecnicamente o tema, mas até chegar esse momento existe um longo e complexo processo.

[27] (Barcelos, 2013)

[28] (True, Baumgartner & Jones, 2007) apud (Barcelos, 2013)

Coalizões de Defesa

Essa teoria foi desenvolvida por Sabatier e Jenkins-Smith nos anos 90. O Modelo das Coalizões de Defesa *(Advocacy Coalition Framework – ACF)* busca explicar o modo de **funcionamento de políticas públicas marcadas por conflitos intensos** e por uma **grande diversidade de atores** que tentam influenciar no processo de construção destas políticas.

O termo original da teoria *(advocacy)* indica o papel que grupos têm na construção da política pública. De acordo com essa teoria, **os atores se reúnem nestas coalizões de defesa para defender determinadas crenças e ideias dentro de um determinado tema ou política pública**.

De acordo com Barcelos,

> *"Esse modelo, assim como a Teoria do Equilíbrio Pontuado, presume que áreas de política pública são constituídas de subsistemas (policy subsystems) no interior dos quais as políticas públicas são gestadas a partir da negociação entre uma diversidade de atores dotados de algum tipo de especialização na área em que atuam. "*

Desta maneira, o Modelo de Coalizões de Defesa, para fins de análise das políticas públicas, agrega os diversos atores que buscam influenciar as políticas em grupos ou coalizões que, a partir de crenças e ideias compartilhadas, buscam defender posições dentro dos subsistemas de políticas públicas através de ações coordenadas.

Vejam que esse modelo busca abordar a importância dos valores e crenças dos indivíduos no processo de formulação e implementação das políticas públicas. São esses valores e crenças que conduzem os membros a se alinhar a uma ou outra posição em conflito na busca de influenciar a política pública na direção desejada.

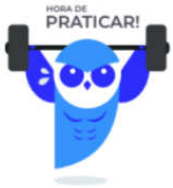
De acordo com Barcelos[29],

> *"O Modelo das Coalizões de Defesa considera que os atores em determinada área ou determinado processo de política pública buscam aliados que compartilhem dos mesmos sistemas de crenças e valores sobre as políticas públicas. A partir daí, tendem a estruturar uma rede que atravessa as fronteiras tradicionais entre Estado e sociedade. "*

Esse ponto é importante na teoria: **a noção de que os agentes que estão dentro e fora do estado estão em contato e que podem agir em conjunto na busca dos seus interesses**.

Ou seja, os atores buscam aliados (estejam dentro ou fora do governo) para agir de modo coordenado tentando influenciar nos processos que moldam as políticas públicas, formando assim redes que ultrapassam as fronteiras entre estado e a sociedade.

[29] (Barcelos, 2013)



(PREF. S.P. – APPGG) De acordo com a teoria do equilíbrio pontuado, as políticas públicas

(A) sofrem mudanças incrementais e mudanças de grande escala, dependendo da emergência de mudanças nas imagens e nas instituições.

(B) mudam quando o equilíbrio é alterado por mudanças incrementais nas imagens e nas instituições.

(C) mudam abruptamente, por meio de alterações no monopólio das imagens e nas instituições.

(D) mudam quando o equilíbrio é quebrado por alterações abruptas no monopólio das imagens e nas instituições.

(E) mudam incrementalmente, por meio de alterações nas imagens e nas instituições.

Comentários

A questão trata da Teoria do Equilíbrio Pontuado. De acordo com essa teoria, existe uma situação recorrente nas políticas públicas: apesar das políticas serem, geralmente, marcadas por uma estabilidade, ocasionalmente ocorrem grandes "rupturas". Assim, as políticas públicas teriam um caráter de estabilidade, mas grandes mudanças poderiam ocorrer (em crises, por exemplo).

Esta teoria foi desenvolvida primeiramente, por Frank Baumgartner e Bryan Jones ao longo dos anos 80 e 90, tendo como base a política norte-americana. A letra A, que é o gabarito da banca, está mesmo certa. De acordo com a teoria, as políticas públicas podem sofrer mudanças incrementais (pequenas e progressivas), quando existe uma certa estabilidade, e sofrer rupturas quando o cenário é de crise.

A letra B está errada, pois as mudanças não só são incrementais, mas também drásticas quando ocorrem crises. E o equilíbrio não é alterado pelas mudanças incrementais.

A letra C também está errada. As mudanças não são necessariamente abruptas, como já vimos. E existem diversos fatores que podem gerar as crises, que possibilitam as mudanças drásticas. Pelos mesmos motivos, as letras D e E estão igualmente erradas. O gabarito é mesmo a letra A.

Gabarito: letra A

(SGA/AC – GESTOR) Os modelos racional e incremental podem ser combinados num modelo misto, que diferencia dois processos decisórios: um relativo a questões estruturantes e outro relativo a questões de caráter ordinário.

Comentários

Beleza. A questão está se referindo ao modelo mixed-scanning, que busca "juntar" as vantagens dos dois modelos. Para decisões estruturantes, utilizemos uma análise mais baseada na racionalidade. Já para decisões ordinárias, o modelo incremental funciona melhor.

Gabarito: correta

(IAMSPE-SP – EXECUTIVO) Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, os espaços em branco.

O modelo incremental de tomada de decisão em política pública tem por significado buscar a solução de problemas de maneira_____, _____ modificações nas situações já existentes, e _____ de qualquer natureza.

A) gradual...sem introduzir grandes...sem provocar rupturas.

B) gradual...sem introduzir pequenas...provocando rupturas.

C) ininterrupta...sem introduzir...provocando rupturas.

D) ininterrupta...introduzindo grandes...sem provocar rupturas.

E) eventual...introduzindo pequenas...provocando rupturas.

Comentários

O modelo incremental, como o próprio nome indica, busca a solução dos problemas de maneira gradual, ou seja, sem introduzir grandes mudanças ou rupturas no modo como as coisas já são executadas.

Gabarito: letra A

(IAMSPE-SP – EXECUTIVO) Assinale a alternativa que preenche corretamente o espaço em branco da frase a seguir.

Quando se afirma que os decisores estabelecem quais os valores a serem maximizados e quais as alternativas que melhor poderão ser maximizadas, considerando o modelo racional, formalizado por H. Simon, entende-se que a seleção da alternativa a ser adotada é feita a partir de uma análise _____ de cada alternativa e suas consequências.

A) abrangente e detalhada.

B) abrangente e focada.

C) focada e lenta.

D) lenta e genérica.

E) genérica e detalhada.

Comentários

O modelo racional-compreensivo postula que o Estado teria condições de prever todos os desdobramentos futuros de suas decisões e analisar todas as variáveis importantes. Assim, este governo "todo poderoso" poderia pesar todos os prós e contras de maneira racional e tomar decisões de impacto – e não somente incrementais.

Como podemos ver, a seleção da alternativa a ser adotada seria feita a partir de uma análise abrangente e detalhada da situação e das alternativas disponíveis.

Gabarito: letra A

(SEE-SP - EXECUTIVO) Sobre Política Pública, assinale a alternativa correta.

A) O tipo ou modelo de Estado não tem influência nas políticas públicas.

B) As políticas públicas atêm-se somente aos aspectos sociais.

C) Principalmente as pessoas ditas vulneráveis são o motivo da existência das políticas públicas.

D) As políticas públicas nunca serão resultado apenas da análise técnica e racional sobre um determinado problema.

E) As relações internacionais estão fora do âmbito das políticas públicas.

Comentários

A letra A está incorreta, pois o tipo ou modelo de Estado tem, obviamente, muita importância nas políticas públicas. As prioridades e as instituições existentes no Estado acabam moldando o formato e a abrangência das políticas públicas.

A letra B está igualmente equivocada. As políticas públicas não estão restritas ao campo social, mas abrangem também a área econômica, de infraestrutura, de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento, dentre diversas outras.

A letra C também está errada, pois as pessoas vulneráveis não são o motivo de existência das políticas públicas. Elas, naturalmente, costumam receber uma atenção especial, mas existem políticas públicas que abordam outros problemas públicos que não guardam relação direta com a pobreza, como as políticas de proteção ao meio ambiente, de apoio à pesquisa científica etc.

Já a letra D está correta. As políticas públicas não são o produto de uma análise apenas técnica e racional. Existem diversos atores que buscam influenciar as políticas públicas (com motivações ideológicas, emocionais etc.) e a noção de uma racionalidade compreensiva já não é aceita na análise das políticas públicas.

Finalmente, a letra E tem o mesmo erro da letra B. As políticas públicas abrangem sim as relações internacionais ou qualquer tema que seja percebido como um problema público.

Gabarito: letra D

Escolha Racional Institucional

A importância das instituições na tomada de decisões individuais e coletivas está centrada nas teorias ligadas ao **Neoinstitucionalismo**. Aqui devemos entender as instituições não somente como as organizações que existem em uma sociedade, mas **também como as "regras do jogo" que definem os comportamentos aceitáveis dos indivíduos em uma sociedade.**

Papel das instituições nas políticas públicas

Existem diversas teorias que tentam explicar como as políticas públicas são definidas. Uma delas baseia-se na importância do Estado (ou das instituições) para explicar esse funcionamento. A teoria Institucionalista, e depois a **Neoinstitucionalista**, buscou analisar esse processo de acordo com a importância das instituições.

Antes de tudo, vamos entender o significado do conceito de instituição. Antigamente, o conceito de instituição era o de *"um conjunto de regras que regulam comportamentos recorrentes"*[30].

Entretanto, muitos autores consideram esse conceito insatisfatório, pois não faria distinção entre uma instituição e uma norma. De acordo com Levy, as instituições formais seriam[31]:

> *"Subconjunto particular de instituições, caracterizadas por **arranjos formais de agregação de indivíduos e de regulação comportamental**, os quais, mediante o uso de **regras explícitas e de processos decisórios**, são implementadas por um ator ou um conjunto de atores formalmente reconhecidos como portadores deste poder. As regras podem ser escritas e tidas como lei, escritas em geral, ou representar acordos verbais ou costumeiros, pois isto é algo que varia entre as instituições. No entanto, qualquer que seja o caso, as expectativas em termos de comportamento são relativamente claras".*

Deste modo, **as instituições se caracterizariam por contar com regras e normas estáveis**. Estas apontariam certa **distribuição nos recursos de poder** (quem pode mais determina as normas e, de certa forma, define as "regras do jogo").

---

[30] (Rocha, 2005)

[31] (Levy, 1991) apud (Rocha, 2005)

Assim, ao determinar os incentivos e desincentivos às diversas práticas e aos comportamentos dos seus membros, as instituições restringem a liberdade de ação e alocam um espaço de poder a cada participante. Portanto, as instituições configurariam estruturas de poder.

Deste modo, a importância do estudo do funcionamento das instituições foca tanto na estabilidade quanto na capacidade de mudança delas. De acordo com Immergut[32]:

> *"Se as instituições devem ter uma espécie de capacidade de permanência, como as mesmas instituições podem explicar tanto a estabilidade como a mudança?"*

Continuando, o Neoinstitucionalismo apareceu como uma nova perspectiva do processo de tomada de decisão política. Nos anos 50 e 60, a ciência política era dominada pela perspectiva pluralista e marxista.

O **pluralismo**, basicamente, vê a **decisão política como um processo de disputa de poder por diversos grupos ou centros de poder**, sem que nenhum seja totalmente dominante ou soberano.

A ideia é a de que existirão diversos grupos de interesse em cada "tema" a ser discutido e que estes grupos terão acesso aos seus recursos necessários (em menor ou maior grau) para "competir".

Portanto, as políticas públicas seriam um resultado dos "inputs" da sociedade. Essas demandas da coletividade (representadas pelos grupos de interesse) levariam aos "outputs" – a definição das políticas públicas.

Entretanto, o pluralismo não consegue explicar todas as situações e decisões em políticas públicas. O estudo do funcionamento dos grupos de interesse é importante para que possamos entender o funcionamento do processo de decisão das políticas públicas, mas é incompleto.

Uma das deficiências seria a falta de uma análise da importância das instituições do Estado e de sua burocracia (seus servidores – os burocratas) neste processo.

Outro modelo seria o **marxismo**. De acordo com essa perspectiva, **as relações sociais e de classe definiriam as políticas públicas**. De acordo com os autores marxistas, o Estado é dominado pelas classes dominantes (a burguesia), que teria uma ascendência natural sobre as classes proletárias (os trabalhadores).

O aparelho do Estado seria então um "defensor" da classe dominante e seus instrumentos de poder. As políticas públicas estariam sempre desenhadas para que fosse possível manter uma dominação pela burguesia e de seus interesses capitalistas sobre os trabalhadores – o proletariado.

Naturalmente, **a visão de que todas as decisões políticas são baseadas na disputa de classes acaba em um exercício de reducionismo da realidade**, pois a prática mostra que muitas decisões não se enquadram em uma simples disputa de classes.

---

[32] (Immergut, 1996) apud (Rocha, 2005)

A sociedade moderna tem muitas subdivisões e uma multiplicidade de interesses que não podem ser "encaixadas" somente nas classes burguesas ou proletárias (ou seja, os diversos interesses dentro de cada "classe" não são harmônicos, nem coerentes).

Pense em um exemplo básico: um alto funcionário de uma estatal, com um salário de mais de R$20.000,00 por mês poderia ser enquadrado como parte do proletariado? Mesmo sendo um funcionário sem o "domínio dos meios de produção"?

E um pequeno empresário (como um dono de uma drogaria, por exemplo), com uma renda líquida de R$5.000,00 poderia ser enquadrado como um burguês? Seria este pequeno empresário atualmente auxiliado pelas políticas de Estado? Seria parte da "classe dominante"?

De acordo com Rocha[33]:

> *"No caso do modelo Marxista, pode-se objetar que reduzir a explicação das políticas públicas aos problemas de luta de classes leva, no mínimo, a* ***desconsiderar aspectos essenciais para o seu entendimento****. A percepção da estratificação social adotada pela teoria de classes tem dificuldade de incorporar a fragmentação de interesses e o grau de diferenciação social característicos das sociedades atuais. "*

Como podemos ver, **tanto o pluralismo quanto o marxismo "pecam" por não abordar toda a complexidade da vida moderna em sociedade**. Outros modelos de análise da tomada de decisão seriam necessários.

Um dos fatores que eles não abordaram foi exatamente a importância das instituições para a decisão política. Assim sendo, tanto o pluralismo quanto o marxismo (apesar da grande diferença entre os modelos) partem do princípio de que as decisões políticas são um reflexo da sociedade, ou seja, dos inputs dessa sociedade.

Já o **Neoinstitucionalismo** tenta mostrar que nem sempre as decisões são fruto apenas das demandas da sociedade. Em sua primeira versão (***state-centered,*** ou centrada no Estado), essa teoria afirma que o Estado é um "ator" importante e que teria certa autonomia em relação às forças da sociedade.

Assim, **o Estado não se submeteria aos desígnios da sociedade e sim tentaria, por seus meios, reproduzir e/ou manter o domínio de suas instituições sobre a sociedade como um todo**. Desse modo, buscaria manter ou ampliar seus instrumentos de controle, reforçando seu poder político e suas capacidades de ação.

A burocracia deste Estado, por sua parte, não estabeleceria as políticas públicas de acordo com as demandas da sociedade, simplesmente. Teriam certa autonomia conferida pelo seu domínio de informações não conhecidas pelo público em geral.

Essa assimetria de informações seria consequência do controle que essa burocracia teria das informações do funcionamento da máquina estatal, dentre outras. É o que conhecemos como "insulamento burocrático".

---

[33] (Rocha, 2005)

De acordo com Skocpol[34],

> *"Nessa perspectiva, as decisões públicas trazem, portanto, a marca dos interesses e das percepções que a burocracia tem da realidade.* ***O Estado aparece como variável independente, dotado de autonomia de ação****, expressão do "insulamento" da burocracia".*

Assim sendo, as possibilidades e o poder político dos diversos grupos de interesse seriam determinados pelas instituições políticas e as "regras do jogo" instituídas por estas. Além disso, seriam determinadas também pela capacidade deste Estado de controlar o cumprimento destas normas e regras.

Uma evolução desta perspectiva "***state-centered***" foi gerada com o passar do tempo. A visão de que o Estado definiria de "dentro" as políticas públicas foi perdendo força. Uma visão mais "balanceada" da correlação de forças surgiu e foi chamada de "***polity-centered analysis***".

Conforme esta segunda perspectiva, o Estado não seria capaz de "sozinho" poder definir as políticas públicas. De acordo com seus autores, o Estado seria formado por membros da sociedade e seria, de certo modo, condicionado por esta sociedade.

De acordo com Rocha[35],

> *"a perspectiva de análise polity-centered busca equilibrar o papel do Estado e da sociedade nos estudos de caso, concebendo que o Estado é parte da sociedade e pode portanto, em certos casos, ser influenciado por ela em maior grau do que a influencia".*

De acordo com Immergut[36], existem quatro princípios identificados com esta perspectiva:

- A efetividade do Estado não depende apenas de seu "insulamento", mas de como se dá sua inserção na sociedade;
- A necessidade de enfocar não apenas governos centrais, mas também os níveis de governo periféricos;
- A força do Estado e dos agentes sociais são contingentes a situações históricas concretas;
- A relação Estado/sociedade não compõe um jogo de soma zero, implicando a possibilidade de que compartilhem os mesmos objetivos.

[34] (Skocpol, 1985) apud (Rocha, 2005)

[35] (Rocha, 2005)

[36] (Immergut, 1996) apud (Rocha, 2005)

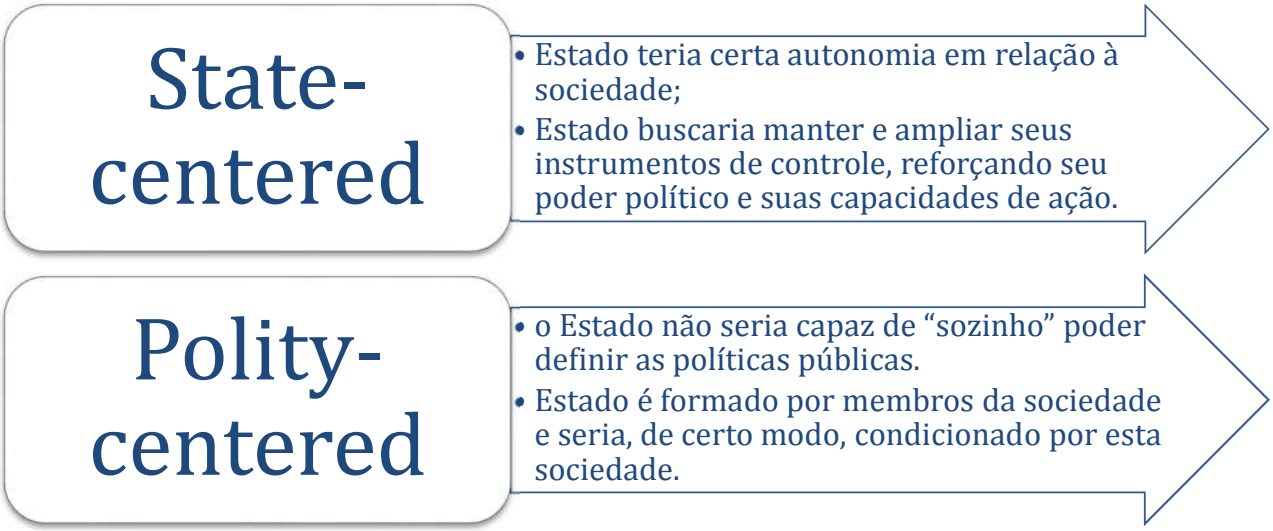


Figura 8 - Perspectivas do Neoinstitucionalismo

Deste modo, a perspectiva *polity-centered* propõe certos padrões que explicam como as políticas públicas são definidas.

De acordo com esta perspectiva, por exemplo, o papel das burocracias (dos servidores estatais) seria o de independência em relação ao público em geral. Naturalmente, estes servidores públicos buscariam implementar políticas públicas que fossem de seus interesses.

Esses interesses poderiam ser favoráveis às suas carreiras, às suas organizações ou mesmo às suas ideias. Obviamente, isto não quer dizer que estes servidores não tomariam conhecimento das demandas da sociedade.

Estas demandas seriam, sempre que fosse possível, levadas em consideração e compatibilizadas com seus próprios interesses. Um exemplo claro em nossa sociedade atual seria o comportamento dos sindicatos dos professores, por exemplo.

Naturalmente, estes sindicatos demandam aumentos de salários e melhorias nas condições de trabalho (que, a princípio, geram uma melhoria no desempenho e na atração de melhores profissionais para este setor), ou seja, medidas que seriam apoiadas pela sociedade como um todo.

Entretanto, estes sindicatos também demandam jornadas de trabalho maiores, férias mais largas, aposentadorias precoces, dentre outros benefícios claramente corporativistas e que têm nenhuma relação direta com a qualidade da educação nacional.

Além disso, a capacidade desta burocracia de implementar essas políticas públicas dependeria das regras e das características das organizações a que pertencem.

Outro fator importante da perspectiva polity-centered é a de que as instituições políticas influenciam as próprias identidades, metas e capacidades dos grupos de pressão atuantes na sociedade.

As regras eleitorais, partidárias e as características das organizações também definiriam quais seriam os grupos com maiores chances de sucesso nesta sociedade. De acordo com Skocpol[37],

> *"As características das instituições governamentais, dos sistemas partidários e das regras eleitorais afetam o grau de sucesso político que qualquer grupo ou movimento pode alcançar, na medida que possibilitam, ou vetam, o acesso dos grupos às decisões públicas. Essa capacidade de se atingir metas políticas não depende, portanto, apenas da autoconsciência e recursos de mobilização dos grupos, mas também das oportunidades relativas que as instituições políticas oferecem a certos grupos e negam a outros".*

Finalmente, as políticas passadas também afetariam as decisões políticas tomadas posteriormente. Ou seja, existiria um processo de aprendizado ou de feedback no processo de tomada de decisão de políticas públicas.

Esse processo ocorreria de duas maneiras: de certa maneira, uma política anterior mudaria a capacidade do Estado de atuar e suas estruturas, condicionando assim as respostas futuras do próprio Estado.

De outro modo, as políticas passadas atuariam na mudança da percepção da própria sociedade e dos grupos de pressão, alterando seu comportamento e suas demandas perante este mesmo Estado.

Cada política pública passaria a ter seus defensores e opositores, de acordo com seus próprios interesses. Imagine, por exemplo, o programa Bolsa Família. Este programa atualmente conta com milhões de pessoas beneficiadas e que se oporiam a qualquer mudança que tendesse à diminuição dos valores transferidos, ou da diminuição da população atendida, dentre outros aspectos.

Esta situação passa a entrar no "cálculo político" de qualquer Estado. Consequentemente, existem diversas políticas públicas que são defendidas ferrenhamente por um grupo de pressão. Qualquer decisão posterior a essa política deve levar esses interesses em consideração.

Impacto na Crise do Estado

A teoria do Neoinstitucionalismo apareceu com maior força com a crise do Estado e da Teoria Keynesiana. A capacidade dos Estados de atuação começou a ficar cada vez mais dificultada com a recessão econômica daquela década e com o endividamento cada vez maior dos governos. E qual foi o resultado da aplicação desta teoria?

[37] (Skocpol, 1995) apud (Rocha, 2005)

Esta teoria passou a ser utilizada por atores que buscavam um retorno parcial aos princípios do Liberalismo – governos "menores" e com uma oferta reduzida de serviços públicos.

De certo modo, **o Neoinstitucionalismo apresentou duas críticas principais ao Estado e sua atuação**, que veremos a seguir. Estes teóricos assumem que o Estado é importante para a sociedade, pois existiriam diversas falhas de mercado em que este deveria atuar (externalidades, a existência de bens públicos, assimetria de informações, etc.).

Entretanto, o Neoinstitucionalismo diz que o Estado seria como um "mal necessário", pois seria menos eficiente do que o mercado e de que afetaria negativamente diversas iniciativas individuais.

Além disso, a teoria argumenta que as organizações acabam não sendo totalmente racionais economicamente, ou seja, de que acabariam influenciadas pelos aspectos humanos e políticos dos membros que compõem essas instituições.

Dessa maneira, **a proposta seria a redução do papel e do tamanho do Estado**. Sempre que possível, o Estado deveria dar lugar aos entes privados – mais eficientes e eficazes. A atuação do Estado, por ser "*second best*", um mal necessário, deveria ser evitada onde não fosse fundamental.

A oferta de serviços públicos seria mais eficiente se deixada ao cargo do mercado. Como as instituições do setor privado seriam mais ágeis e flexíveis do que as organizações públicas, se adaptariam mais facilmente aos novos desafios na oferta de serviços públicos e mudariam os incentivos aos seus funcionários sempre que desejável.

A Teoria da Escolha Pública – "Public Choice"

A Teoria da Escolha Pública – TEP - busca utilizar os conceitos da economia para compreender como as decisões políticas ocorrem em um sistema democrático. De acordo com Borsani[38], a TEP:

> *"A Teoria da Escolha Pública (TEP), Public Choice, é o estudo dos processos de decisão política numa democracia, utilizando o instrumental analítico da economia, fundamentalmente os conceitos de comportamento racional e auto interesse que definem o homo-economicus. Trata-se de um método de análise baseado nos princípios econômicos e aplicado aos objetos de estudo da ciência política, tais como as decisões do legislativo, os efeitos das regras eleitorais, o comportamento dos grupos de interesse, dos partidos políticos e da burocracia, entre outros. "*

Assim sendo, esta teoria busca mostrar que aquela visão antiga e romântica de que o servidor público (o burocrata) seria um ser desprovido de interesses próprios (particulares ou privados) não seria verdadeira.

[38] (Borsani, 2004)

De acordo com seus teóricos, **os burocratas** (e também os políticos) seriam movidos por incentivos e **tentariam maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas**. Ou seja, buscariam agir de modo a priorizar seus próprios interesses, e não os interesses públicos.

Ou seja, tanto os burocratas e os políticos, quanto os cidadãos e os empresários (na visão da economia neoclássica), **seriam atores racionais e decidiriam as questões com base em seu interesse individual.**

Assim, o campo de estudo da TEP é o resultado das decisões individuais nas decisões coletivas. Ou seja, como as pessoas, sendo participantes de grupos e organizações, tomam decisões que irão afetar ao restante da população. Falando em termos práticos: como os burocratas e os políticos decidem.

Desta maneira, uma análise da TEP tenta explicar como as entidades políticas e burocráticas se comportam na realidade, tendo em consideração que estes atores são maximizadores dos próprios interesses em relação a algum objetivo que valorizem (os votos, o acesso aos recursos e orçamentos públicos, os benefícios, o poder, etc.).

Outro aspecto importante da teoria da escolha pública seria o conjunto de normas, regras e instituições políticas presentes. Estas regras e instituições determinariam os incentivos e as "regras do jogo" que influenciariam as escolhas dos participantes.

Assim, de acordo com as regras vigentes, cada membro (burocratas, políticos, etc.) buscaria escolher as melhores estratégias de ação e maximizar seu interesse. De acordo com Borsani[39],

> *"As decisões políticas e econômicas dos governos democráticos dependem das instituições políticas existentes e das decisões dos agentes ou atores políticos, econômicos e sociais que intervêm nessas decisões. O presidente, a coalização de partidos, o Legislativo, o Judiciário, a administração pública, os partidos políticos, os grupos de interesse, todos interferem na definição e implementação das políticas públicas".*

Desta maneira, as instituições e suas regras seriam muito importantes para explicar como as políticas são definidas e porque cada ator age de uma forma determinada.

Vamos ver um caso prático? Com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, passaram a existir regras e punições mais duras para os políticos que endividassem os seus governos no final de seus mandatos.

Com isso, uma estratégia comum até aquele momento – o de gastar muitos recursos no final de governo através de endividamento – passou a não ser mais vista como interessante (afinal, o custo passou a ser a perda do mandato ou dos direitos políticos!).

Com isso, a estratégia dominante entre os principais governantes tem sido a de fazer caixa no início do mandato (segurando os reajustes salariais, executando poucas obras, etc.) de modo a reservar recursos para esta "reta final" do período eleitoral.

[39] (Borsani, 2004)

Ou seja, a criação de uma nova regra alterou a estratégia porque mudou os incentivos dados aos atores em relação a um comportamento específico (no caso, o endividamento no final do mandato).

Assim sendo, para a TEP, o fundamental seríamos compreender a importância das instituições nas decisões e alterar os incentivos – derivados das normas e regras - sempre que necessário.

Além disso, esta teoria nos ajuda a compreender como o Estado passou a ampliar sua atuação. Desde que a democracia foi implantada, os eleitores passaram a exigir mais serviços e bens públicos.

Como os políticos desejam se manter no poder, necessitam dos votos dos eleitores. Com isso, oferecem a estes cada vez mais serviços. Existe uma "corrida" entre os políticos para ver quem consegue fornecer mais benefícios aos eleitores.

Do mesmo modo, os burocratas desejam um aumento do Estado, pois isto gera mais recursos, maiores salários, mais poder, etc. A consequência natural seria um Estado cada vez maior.

De acordo com Dias[40], para compreender melhor a Public Choice, bastaríamos observar que

> *"O crescimento dos gastos públicos é devido ao auto interesse de eleitores, políticos e burocratas, ou seja, os economistas e cientistas políticos ligados à Public Choice têm procurado demonstrar que os gastos públicos e a burocracia crescem de forma significativa e ineficiente, tornando a empresa pública menos eficaz que a empresa privada."*

Outro aspecto que a TEP tenta explicar é o da diferença de atuação entre os indivíduos no setor público e no setor privado. De acordo com o Public Choice, as diferenças ocorrem não por uma diferença inerente aos indivíduos, mas sim na diferença entre as regras e as estruturas de incentivos que estes recebem.

Trazendo para um caso prático, é muito disseminada a ideia em nossa sociedade de que os servidores concursados são pessoas pouco ambiciosas e até preguiçosas.

O termo "barnabé" traz um valor pejorativo e a comparação entre funcionários do setor privado e do setor público sempre é feita levando-se em conta a maior eficiência dos primeiros.

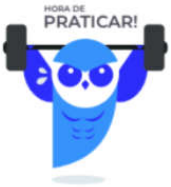
Entretanto, para a TEP, o que leva a esta diferença de desempenho não é a capacidade ou maneira de pensar das pessoas, mas os incentivos a que estão sujeitas.

Funcionários privados que se destacam ganham promoções – os servidores públicos só são promovidos por antiguidade; no setor privado, existem bônus para quem atinge uma meta – o mesmo não ocorre no setor público; funcionários privados podem ser demitidos por um desempenho abaixo da média – no setor público isto raramente ocorre.

[40] (Dias, 2009)

Com isso, a TEP postula que os incentivos e as instituições determinam os comportamentos e as estratégias individuais a serem escolhidas pelas pessoas. Ou seja, que o "ambiente" acabaria por "contaminar" os ocupantes.

Ou seja, as instituições importam. Instituições e normas adequadas gerarão um resultado positivo. Instituições e regras inadequadas levarão a um resultado negativo.



(STN – AFC) A crise do modelo burocrático weberiano está associada à emergência de abordagens do campo do neoinstitucionalismo econômico, entre as quais a teoria da escolha pública, que denuncia o caráter de inconfiabilidade e ineficiência da burocracia pública relativamente ao mercado.

Comentários:

Perfeito. O Neoinstitucionalismo apareceu como uma crítica ao modelo desenvolvimentista e, por consequência, ao modelo burocrático weberiano que o sustentava.

De acordo com os teóricos da Teoria da Escolha Pública, os agentes públicos tomariam decisões como todos os outros indivíduos – através de uma racionalidade econômica e buscando maximizar seus interesses.

Não existiriam os servidores altruístas e que teriam somente o interesse público como objetivo – esta seria uma construção teórica que não teria base na realidade.

Tanto os burocratas quanto os políticos teriam como alvo seus próprios interesses. Com isso, nem sempre as políticas públicas seriam decididas tendo o bem comum como alvo. A falha das políticas públicas seria uma consequência natural.

Desta forma, como existem as falhas de governo, os Estados deveriam ser "reduzidos" e os mercados deveriam ser incentivados – pois seriam considerados mais eficientes do que o Estado no fornecimento de diversos serviços.

Gabarito: correta

RESUMO

Políticas Públicas		
Processo de Formulação e Desenvolvimento de Políticas		
• **Política como politics:** exercício do poder e influência sobre outros • **Política como policy:** relação com decisões e ações concretas		
Dimensão	***Conceito***	
Institucional	***Polity***	Se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à **estrutura institucional** do sistema político-administrativo
Processual	***Politics***	Tem-se em vista o **processo político**, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição
Material	***Policy***	Refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao **conteúdo material das decisões políticas**

Portanto, o conceito de política pública que iremos utilizar está ligado ao sentido de policy, o de decisões e ações públicas.

Uma política pública é uma orientação para resolver um problema considerado público e relevante. Em teoria, um problema público é uma situação insatisfatória (seja percebida como um problema) que afeta a coletividade de modo relevante (afete ao público em geral).

De acordo com Saraiva, nas definições dos dicionários de ciência política encontram-se os seguintes componentes comuns:

- **Institucional**: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;
- **Decisório**: a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;

- **Comportamental:** implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;
- **Causal**: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Classificação ou Tipos de Políticas

Classificação de Lowi

A tipologia mais conhecida das políticas públicas foi desenvolvida por Theodore Lowi. Esta tipologia se baseia no impacto destas políticas na sociedade. De acordo com este autor, os tipos de políticas públicas são:

Políticas Regulatórias: Como o próprio nome diz, estas políticas servem para regular o comportamento e atuação de pessoas ou organizações. A dinâmica que envolve estas políticas é de tipo pluralista, ou seja, depende da relação de forças entre os atores presentes na sociedade naquele determinado momento.

Políticas Constitutivas: São as políticas que definem as "regras do jogo", ou seja, são as regras sobre as regras. De certo modo, definem as jurisdições, regras e competências da disputa política e da elaboração das políticas públicas.

Políticas Distributivas: Estas políticas têm como característica principal o fato de que os benefícios são concentrados em um número restrito de grupos ou pessoas, enquanto os custos são difusos para a sociedade como um todo.

Políticas Redistributivas: Esta é o tipo de política pública mais conflituosa, pois são custeadas por um grupo restrito de pessoas para o benefício também de um grupo restrito de pessoas.

Classificações de Teixeira

Além da tipologia de Lowi, temos outras classificações cobradas em concursos, como a definição de Teixeira. De acordo com ele, as políticas públicas podem ser definidas de acordo com os seguintes critérios:

Classificação das Políticas Públicas (Teixeira)	
Quanto à **natureza ou grau da intervenção:**	**Estrutural**
	Conjuntural ou emergencial
Quanto à **abrangência dos possíveis benefícios**:	**Universais**
	Segmentais

	Fragmentadas
Quanto aos **impactos que podem causar aos beneficiários**	**Distributivas**
	Redistributivas
	Regulatórias

Ciclo de Políticas Públicas

Para facilitar a compreensão do processo de políticas públicas, separa-se em etapas ou fases sequenciais o que seria o ciclo de políticas públicas. De acordo com Saraiva, estas fases são: definição da agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

Entretanto, cabe ressaltar que estas fases podem estar sobrepostas na realidade

Construção da Agenda

A construção da agenda é a primeira fase do processo de políticas públicas. Esta fase envolve a identificação do problema público e a percepção de que algo deve ser feito para resolvê-lo.

De acordo com Cobb e Elder, existem dois tipos de agendas:

- **Agenda Política**: conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública;
- **Agenda Formal:** também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar.

Estas agendas podem também ser classificadas em três tipos:

- **Não governamental** – temas que não recebem muita atenção do Estado, apesar de serem reconhecidos como problemas pela sociedade como um todo. Alguns autores consideram estes temas apenas um "estado de coisas";
- **Governamental** – temas que já estão sendo analisados pelo governo de um modo formal e institucionalizado;
- **Decisória** – temas que estão em um processo de decisão formal pelos políticos e que serão abordados por uma política pública.

Esta divisão é importante para entendermos porque um problema as vezes é abordado pelos políticos, mas nunca "vai adiante". Para que um problema seja enfrentado de modo eficaz, é necessário que esteja na agenda de decisão.

De acordo com Kingdon, o **modelo dos fluxos múltiplos** tenta explicar porque alguns temas entram e outros não entram na agenda governamental. Este modelo parte do princípio de que os governos são permeados por três fluxos:

- Fluxo dos problemas;
- Fluxo das soluções ou alternativas;
- Fluxo da política.

O **fluxo dos problemas** engloba todas as situações percebidas como problemas públicos.

Assim, alguns elementos podem ajudar a mudar uma situação do "estado de coisas" para a agenda governamental:

- ✓ **Indicadores** – podem indicar a piora rápida de um problema ou uma tendência crítica;
- ✓ **Crises e eventos** – um momento em que a população saia em defesa de alguma causa ou algum evento que "imponha" a discussão de um problema, como o caso de uma morte hedionda de uma criança, por exemplo.
- ✓ ***Feedback*** – a própria percepção da ação governamental pode "acender a luz vermelha" e levar um tema a ser discutido, como ocorre no caso da segurança pública em algumas cidades, por exemplo.

O **fluxo de soluções** normalmente parte do que se chama de *policy communities*, ou seja, grupos de especialistas da área que desenvolvem propostas (que muitas vezes não são relacionadas diretamente com os problemas do momento). Dentre os fatores que farão as propostas serem reconhecidas, podemos citar a viabilidade técnica e econômica, bem como a comunhão de valores aceitos pela comunidade.

O **fluxo político** se relaciona com as barganhas e negociações entre os políticos propriamente ditos. Nesta dinâmica, Kingdon menciona três elementos que impactam neste fluxo:

- O clima político nacional – *national mood;*
- As forças políticas organizadas ou grupos de pressão;
- Mudanças ocorridas dentro do governo.

Estes três fluxos devem convergir para que um problema entre na agenda governamental

Entretanto, nem sempre é necessário que todos os três fluxos estejam convergindo no mesmo tempo.

Formulação de Políticas Públicas

A etapa da formulação das alternativas de políticas públicas é a fase em que os atores mostram suas preferências e quando tentam afirmar seus interesses.

Nesta dinâmica, podem ocorrer três tipos de interação:

- **a luta** (que se resume à um embate de "soma zero", em que um lado ganha e o outro perde),
- **o jogo** (em que o objetivo das partes é apenas vencer, mantendo o outro lado "vivo" na disputa) e
- **o debate** (em que o objetivo não é a derrota do outro, mas seu convencimento).

Implementação

A implementação é a etapa em que os planos e decisões são postas em prática. Neste momento, são executadas as ações e os primeiros resultados da política começam a aparecer.

De acordo com Sabatier, existem dois modelos de implementação de políticas públicas: o modelo **top-down** (de cima para baixo) e o modelo **bottom-up** (de baixo para cima).

O **modelo top-down** se baseia na noção de que a decisão política está distanciada de sua implementação. Esta noção é baseada no modelo de Wilson que separa a Política da Burocracia (administração) e considera a implementação um processo simples e menos importante. De certa forma, após as considerações políticas e as análises das forças e consequências de cada decisão, caberia à burocracia apenas alocar os recursos necessários para que as políticas sejam executadas.

O **modelo Bottom-up** critica esta visão simplista do processo de implementação e enfatiza a dificuldade de "traduzir" certos planos concebidos por pessoas distantes das dificuldades e especificidades dos problemas no plano concreto.

O modelo bottom-up postula, portanto, que os burocratas que irão implementar esta política devem ter muito mais discricionariedade e poder para escolher os meios e recursos que irão utilizar para executar as políticas, além de fornecer informações que subsidiem o desenho da política. Ou seja, o modelo afirma que o processo de implementação também deve ser influenciado pelos agentes que irão, na prática, executá-lo.

De acordo com Hill, existem diversos motivos que indicam que os executores das políticas devem ter maior poder de influenciar as políticas:

- Porque não há como resolver conflitos durante a fase de formulação de políticas;

- Porque se considera necessário permitir que as decisões-chave sejam tomadas só quando todos os fatos estiverem disponíveis para os implementadores;
- Porque se acredita que os implementadores (profissionais, por exemplo) estão melhor preparados que outros para tomar decisões-chave;
- Porque pouco se sabe previamente sobre o verdadeiro impacto das novas medidas;
- Porque é sabido que as decisões diárias terão que envolver negociações e compromissos com grupos poderosos;
- Porque se considera politicamente inadequado tentar resolver os conflitos.

Burocratas e Discricionariedade no Processo de Elaboração de Políticas Públicas

Na abordagem tradicional, a tomada de decisão ocorreria no nível político e o corpo burocrático seria responsável exclusivamente pela execução. Essa abordagem teria como pressupostos, para poder funcionar a contento, os seguintes elementos:

- ✓ Os tomadores de decisão disporiam de **informações completas** sobre o problema, dentro e fora da organização;
- ✓ O contexto em que os atores estão operando é **razoavelmente estável**.

Esse modelo *"top-down"*, tradicional, não é adequado ao funcionamento do moderno setor público. Os formuladores políticos, nossos representantes eleitos, costumam tomar decisões muito genéricas, ambíguas ou até contraditórias. Desta forma, é natural que uma boa parte da decisão repouse no domínio da burocracia. Este "espaço" ou discricionariedade concedida ao corpo burocrático pode gerar os seguintes problemas:

- ✓ **Deslocamento dos objetivos** – ocorre quando o objetivo a ser alcançado é alterado no andamento da execução da política pública;
- ✓ **Déficit de execução** – ocorre quando os objetivos não são alcançados completamente ou as normas não são seguidas;
- ✓ **Seletividade involuntária** – ocorre quando uma política pública desenhada para ser abrangente é direcionada à um grupo mais restrito.

O papel da burocracia na formulação e na implementação das políticas públicas envolve também o que costuma ser chamado de "**ilegalidade útil**".

Isso acontece quando existem tantas normas e regulamentos sobre um mesmo assunto, muitos deles conflitantes, que a burocracia pode "escolher" qual deles seguir e qual rejeitar em vista do objetivo que deve alcançar.

Discricionariedade pode ser vista sobre dois prismas: um positivo e um negativo. Pelo lado positivo, a discricionariedade daria maior campo de ação e decisão para a burocracia, possibilitando maior criatividade e decisões mais rápidas no âmbito operacional.

Já o lado negativo está associado ao não seguimento das normas e regulamentos, com os desvios éticos e com comportamentos voltados aos interesses privados e não públicos.

A Burocracia como Ator Político

Os agentes burocráticos participam, portanto, tanto da formulação como da implementação das políticas públicas. Ao contrário do que a abordagem tradicional postulava, a burocracia não é um "agente neutro".

Elementos Positivos que Dão Sustentação para a Burocracia no Processo de Políticas Públicas

Recursos da Burocracia

Sua permanência e estabilidade no processo

O controle sobre informações críticas

Sua capacidade e competência técnica

Sua rede de contatos

Modelos de Análise

Incrementalismo

De acordo com este modelo, não é possível, na maioria das vezes, tomar uma decisão que altere significativamente o status quo. Ou seja, o modelo diz que as decisões no presente são condicionadas pelas decisões passadas.

Esta ideia do incrementalismo é muito forte na máquina governamental, mas não explica todas as situações, como as vividas em momentos de crise (como as vividas pelos países em guerra ou crise fiscal).

Modelo Racional Compreensivo

De acordo com este modelo, existem informações completas ao dispor dos agentes públicos e seria possível uma decisão que tomasse em questão todas as alternativas possíveis com base em uma racionalidade.

Ou seja, o modelo postula que o Estado teria condições de prever todos os desdobramentos futuros de suas decisões e analisar todas as variáveis importantes. O problema é que o modelo "enxerga" o governo como um ente único e não um somatório de forças e grupos de pressão que podem ter interesses divergentes.

Modelo Mixed-Scanning ou Sondagem Mista

Como nem o modelo incremental nem o modelo racional conseguiam explicar corretamente o funcionamento do processo de formulação, Etzioni montou um modelo que englobasse os dois modelos – o modelo mixed-scanning ou de sondagem mista.

Basicamente, Etzioni afirmou que existem dois tipos de decisões: as **fundamentais** (que devem ser analisadas tendo uma visão mais "macro" e que são estratégicas e estruturantes) e as **incrementais** (que são derivadas das decisões fundamentais e que devem ser mais detalhadas).

Modelo Lata de Lixo

Neste modelo, existe a compreensão de que a formulação de alternativas não parte de um ente monolítico, mas sim de diversos atores (a comunidade de políticas) com pouca coerência entre si e que nem sempre desenvolvem propostas tendo um problema específico em mente.

Desta forma, diversos atores vão desenvolvendo "soluções" e estas ficariam guardadas em uma "lata do lixo" esperando ser escolhidas para resolver um problema em especial. Assim, quando um problema se apresenta para a sociedade, procuram-se soluções nesta "lata do lixo" que possam resolver o problema.

Teoria do Equilíbrio Pontuado

Busca explicar uma situação recorrente nas políticas públicas: apesar das políticas serem, geralmente, marcadas por uma estabilidade, ocasionalmente ocorrem grandes "rupturas".

A teoria lida com dois elementos importantes no processo político: a definição dos temas (ou "*issues*", em inglês) e da agenda.

De acordo com as diversas maneiras que os temas são definidos no discurso político e o modo como estes temas entram e saem da agenda, pode ocorrer duas coisas: um reforço ou um questionamento das políticas públicas existentes.

Outra contribuição dessa teoria ao estudo das políticas públicas foi o conceito de "**subsistema de política pública**". Esse conceito está baseado na ideia de que os rumos dos processos de políticas públicas são definidos no interior de "comunidades" habitadas por atores dotados de algum nível de especialização no tema ou, pelo menos, algum conhecimento setorial.

Coalizões de Defesa

Essa teoria foi desenvolvida por Sabatier e Jenkins-Smith nos anos 90. O Modelo das Coalizões de Defesa *(Advocacy Coalition Framework – ACF)* busca explicar o modo de funcionamento de políticas públicas marcadas por conflitos intensos e por uma grande diversidade de atores que tentam influenciar no processo de construção destas políticas.

O Modelo de Coalizões de Defesa, para fins de análise das políticas públicas, agrega os diversos atores que buscam influenciar as políticas em grupos ou coalizões que, a partir de crenças e ideias compartilhadas, buscam defender posições dentro dos subsistemas de políticas públicas através de ações coordenadas.

Esse ponto é importante na teoria: a noção de que os agentes que estão dentro e fora do estado estão em contato e que podem agir em conjunto na busca dos seus interesses.

Escolha Racional Institucional

A importância das instituições na tomada de decisões individuais e coletivas está centrada nas teorias ligadas ao Neoinstitucionalismo.

Papel das Instituições nas Políticas Públicas

Existem diversas teorias que tentam explicar como as políticas públicas são definidas. Uma delas baseia-se na importância do Estado (ou das instituições) para explicar esse funcionamento. A teoria Institucionalista, e depois a **Neoinstitucionalista**, buscou analisar esse processo de acordo com a importância das instituições.

As instituições se caracterizariam por contar com regras e normas estáveis. Estas apontariam certa distribuição nos recursos de poder

Assim, ao determinar os incentivos e desincentivos às diversas práticas e aos comportamentos dos seus membros, as instituições restringem a liberdade de

ação e alocam um espaço de poder a cada participante. Portanto, as instituições configurariam estruturas de poder.

O Neoinstitucionalismo apareceu como uma nova perspectiva do processo de tomada de decisão política. Nos anos 50 e 60, a ciência política era dominada pela perspectiva pluralista e marxista.

O **pluralismo**, basicamente, vê a decisão política como um processo de disputa de poder por diversos grupos ou centros de poder, sem que nenhum seja totalmente dominante ou soberano.

Outro modelo seria o **marxismo**. De acordo com essa perspectiva, as relações sociais e de classe definiriam as políticas públicas. De acordo com os autores marxistas, o Estado é dominado pelas classes dominantes (a burguesia), que teria uma ascendência natural sobre as classes proletárias (os trabalhadores).

O aparelho do Estado seria então um "defensor" da classe dominante e seus instrumentos de poder. As políticas públicas estariam sempre desenhadas para que fosse possível manter uma dominação pela burguesia e de seus interesses capitalistas sobre os trabalhadores – o proletariado.

O **Neoinstitucionalismo** tenta mostrar que nem sempre as decisões são fruto apenas das demandas da sociedade. Em sua primeira versão (***state-centered,*** ou centrada no Estado), essa teoria afirma que o Estado é um "ator" importante e que teria certa autonomia em relação às forças da sociedade.

Assim, o Estado não se submeteria aos desígnios da sociedade e sim tentaria, por seus meios, reproduzir e/ou manter o domínio de suas instituições sobre a sociedade como um todo. Desse modo, buscaria manter ou ampliar seus instrumentos de controle, reforçando seu poder político e suas capacidades de ação.

A burocracia deste Estado, por sua parte, não estabeleceria as políticas públicas de acordo com as demandas da sociedade, simplesmente.

Essa assimetria de informações seria consequência do controle que essa burocracia teria das informações do funcionamento da máquina estatal, dentre outras. É o que conhecemos como "insulamento burocrático".

Uma evolução desta perspectiva "***state-centered"*** foi gerada com o passar do tempo. A visão de que o Estado definiria de "dentro" as políticas públicas foi perdendo força. Uma visão mais "balanceada" da correlação de forças surgiu e foi chamada de "***polity-centered analysis".***

Conforme esta segunda perspectiva, o Estado não seria capaz de "sozinho" poder definir as políticas públicas. De acordo com seus autores, o Estado seria

formado por membros da sociedade e seria, de certo modo, condicionado por esta sociedade.

De acordo com Immergut, existem quatro princípios identificados com esta perspectiva:

- A efetividade do Estado não depende apenas de seu "insulamento", mas de como se dá sua inserção na sociedade;
- A necessidade de enfocar não apenas governos centrais, mas também os níveis de governo periféricos;
- A força do Estado e dos agentes sociais são contingentes a situações históricas concretas;
- A relação Estado/sociedade não compõe um jogo de soma zero, implicando a possibilidade de que compartilhem os mesmos objetivos.

Impacto na Crise do Estado

A teoria do Neoinstitucionalismo apareceu com maior força com a crise do Estado e da Teoria Keynesiana. A capacidade dos Estados de atuação começou a ficar cada vez mais dificultada com a recessão econômica daquela década e com o endividamento cada vez maior dos governos.

Esta teoria passou a ser utilizada por atores que buscavam um retorno parcial aos princípios do Liberalismo – governos "menores" e com uma oferta reduzida de serviços públicos.

A proposta seria a redução do papel e do tamanho do Estado. Sempre que possível, o Estado deveria dar lugar aos entes privados – mais eficientes e eficazes. A atuação do Estado, por ser "*second best*", um mal necessário, deveria ser evitada onde não fosse fundamental.

A Teoria da Escolha Pública – "Public Choice"

A Teoria da Escolha Pública – TEP - busca utilizar os conceitos da economia para compreender como as decisões políticas ocorrem em um sistema democrático.

Esta teoria busca mostrar que aquela visão antiga e romântica de que o servidor público (o burocrata) seria um ser desprovido de interesses próprios (particulares ou privados) não seria verdadeira.

De acordo com seus teóricos, **os burocratas** (e também os políticos) seriam movidos por incentivos e **tentariam maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas**. Ou seja, buscariam agir de modo a priorizar seus próprios interesses, e não os interesses públicos.

Tanto os burocratas e os políticos, quanto os cidadãos e os empresários (na visão da economia neoclássica), **seriam atores racionais e decidiriam as questões com base em seu interesse individual.**

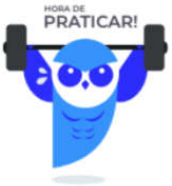
Outro aspecto importante da teoria da escolha pública seria o conjunto de normas, regras e instituições políticas presentes. Estas regras e instituições determinariam os incentivos e as "regras do jogo" que influenciariam as escolhas dos participantes.

Assim, de acordo com as regras vigentes, cada membro (burocratas, políticos, etc.) buscaria escolher as melhores estratégias de ação e maximizar seu interesse.

De acordo com Dias, para compreender melhor a Public Choice, bastaríamos observar que

"O crescimento dos gastos públicos é devido ao auto-interesse de eleitores, políticos e burocratas*, ou seja, os economistas e cientistas políticos ligados à Public Choice têm procurado demonstrar que* ***os gastos públicos e a burocracia crescem de forma significativa e ineficiente****, tornando a empresa pública menos eficaz que a empresa privada. "*

QUESTÕES COMENTADAS



1. (CEPERJ – SEFAZ-RJ - EPPGG – 2012)

A formação da agenda governamental nas sociedades democráticas é um processo complexo, gerando muitas vezes tensões e conflitos. No Brasil não é diferente, em razão das desigualdades sociais e de demandas não resolvidas. Leia as seguintes afirmações:

I- A formação da agenda governamental conta com a participação do alto staff da administração pública, do Ministério Público e de parlamentares do Poder Legislativo.

II- No mundo contemporâneo, a formação da agenda governamental sofre influência dos seguintes atores não governamentais: grupos de pressão, acadêmicos e opinião pública.

III- Na maioria das vezes os grupos de pressão agem mais no sentido de incluir temas na agenda governamental, enquanto os acadêmicos utilizam seu forte poder de veto.

IV- A agenda governamental pode ser definida como a lista de problemas ou assuntos que recebem atenção e prioridade por parte do governo e dos cidadãos.

V- A formação da agenda governamental é influenciada pelas características próprias das instituições do Poder Executivo responsáveis pela produção de políticas públicas.

São corretas:

A) II, IV e V

B) I, II e III

C) I, II e IV

D) II, III e IV

E) II, III e V

Comentários

A primeira frase foi considerada incorreta pela banca. Aparentemente, eles consideraram a participação do Ministério Público como errada, já que somente os atores políticos e dos atores invisíveis (como os grupos de pressão e os acadêmicos).

Entretanto, considero que no nosso país o MP tem tido uma atuação incisiva na proteção de alguns direitos e poderia sim influenciar a agenda governamental em alguns casos.

Já a segunda frase está correta e não necessita de muitos comentários. A terceira frase inverte o comportamento típico destes atores invisíveis. São os acadêmicos que são mais propositivos, enquanto os grupos de pressão que costumam atuar "vetando" mudanças indesejadas.

Finalmente, as duas últimas frases estão perfeitas.

Gabarito: letra A

2. (VUNESP - IAMSPE-SP - ANALISTA - 2012)

O neoinstitucionalismo propõe uma teoria de médio alcance voltada para

A) um mecanismo causal.

B) a luta de classes.

C) explicar certos casos envolvendo todos os eventos.

D) estudos empíricos.

E) o pluralismo.

Comentários

Essa questão foi baseada em um texto de Carlos Rocha[41]. De acordo com ele,

> *"Enfim, ao contrário das macroteorias como o marxismo, que abordam realidades concretas partindo de uma construção teórica que pretende explicar certos fatos a partir de um mecanismo causal que envolve todos os eventos, centrado na luta de classes,* ***o neoinstitucionalismo propõe uma teoria de médio alcance, voltada para os estudos empíricos.*** *O modelo neoinstitucional polity-centered, juntamente com o pluralismo, se abre para uma variedade de identidades, podendo em cada caso examinado considerar questões de gênero, raça, religião, classe social ou qualquer outro fator de agregação de interesses. Apresenta assim uma ferramenta adequada para os estudos de caso. Porém vai além do pluralismo: retoma a importância analítica do papel das instituições políticas e sua influência sobre os grupos sociais."*

Como podemos ver, o Neoinstitucionalismo busca analisar casos concretos, através de estudos empíricos (com base na realidade, no que efetivamente ocorreu).

Ao contrário do Marxismo, não busca ver a realidade através de uma construção teórica (a luta de classes) que busca explicar todos os fatos.

Gabarito: letra D

3. (VUNESP – IAMSPE-SP – EXECUTIVO – 2012)

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, os espaços em branco.
O modelo incremental de tomada de decisão em política pública tem por significado buscar a solução de problemas de maneira_____, _____ modificações nas situações já existentes, e _____ de qualquer natureza.

A) gradual...sem introduzir grandes...sem provocar rupturas.

B) gradual...sem introduzir pequenas...provocando rupturas.

C) ininterrupta...sem introduzir...provocando rupturas.

[41] (Rocha, 2005)

D) ininterrupta...introduzindo grandes...sem provocar rupturas.

E) eventual...introduzindo pequenas...provocando rupturas.

Comentários

O modelo incremental, como o próprio nome indica, busca a solução dos problemas de maneira gradual, ou seja, sem introduzir grandes mudanças ou rupturas no modo como as coisas já são executadas.

Gabarito: letra A

4. (VUNESP – IAMSPE-SP – EXECUTIVO – 2012)

Assinale a alternativa que preenche corretamente o espaço em branco da frase a seguir. Quando se afirma que os decisores estabelecem quais os valores a serem maximizados e quais as alternativas que melhor poderão ser maximizadas, considerando o modelo racional, formalizado por H. Simon, entende-se que a seleção da alternativa a ser adotada é feita a partir de uma análise _____ de cada alternativa e suas consequências.

A) abrangente e detalhada.

B) abrangente e focada.

C) focada e lenta.

D) lenta e genérica.

E) genérica e detalhada.

Comentários

O modelo racional-compreensivo postula que o Estado teria condições de prever todos os desdobramentos futuros de suas decisões e analisar **todas as variáveis importantes.** Assim, este governo "todo poderoso" poderia pesar todos os prós e contras de maneira racional e tomar decisões de impacto – e não somente incrementais.

Como podemos ver, a seleção da alternativa a ser adotada seria feita a partir de uma análise abrangente e detalhada da situação e das alternativas disponíveis.

Gabarito: letra A

5. (VUNESP – IAMSPE-SP – EXECUTIVO – 2012)

A visão racional envolve comparar as alternativas que melhor sirvam à obtenção de um dado resultado. Ela envolve: listar todas as estratégias alternativas, determinando todas as consequências que que decorram de cada estratégia alternativa, e

A) escolher um conjunto de ações não consequentes.

B) escolher uma consequência que seja mais familiar.

C) descartar a consequência que seja mais familiar.

D) avaliar uma consequência que seja mais familiar.

E) avaliar comparativamente cada um dos conjuntos de consequências.

Comentários

O modelo racional-compreensivo postula que devemos listar todas as alternativas disponíveis e determinar todas as consequências esperadas de cada uma. Após isso, devemos comparar cada alternativa e seus resultados, buscando a melhor alternativa em termos de resultados esperados.

Deste modo, não devemos escolher a alternativa mais familiar, nem a descartar, mas sim escolher a alternativa que possuir o melhor resultado esperado.

Gabarito: letra E

6. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Sobre Política Pública, assinale a alternativa correta.

A) O tipo ou modelo de Estado não tem influência nas políticas públicas.

B) As políticas públicas atêm-se somente aos aspectos sociais.

C) Principalmente as pessoas ditas vulneráveis são o motivo da existência das políticas públicas.

D) As políticas públicas nunca serão resultado apenas da análise técnica e racional sobre um determinado problema.

E) As relações internacionais estão fora do âmbito das políticas públicas.

Comentários

A letra A está incorreta, pois o tipo ou modelo de Estado tem, obviamente, muita importância nas políticas públicas. As prioridades e as instituições existentes no Estado acabam moldando o formato e a abrangência das políticas públicas.

A letra B está igualmente equivocada. As políticas públicas não estão restritas ao campo social, mas abrangem também a área econômica, de infraestrutura, de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento, dentre diversas outras.

A letra C também está errada, pois as políticas públicas não são o motivo de existência das políticas públicas. Elas, naturalmente, costumam receber uma atenção especial, mas existem políticas públicas que abordam outros problemas públicos que não guardam relação com a pobreza.

Já a letra D está correta. As políticas públicas não são o produto de uma análise apenas técnica e racional. Existem diversos atores que buscam influenciar as políticas públicas (com motivações ideológicas, emocionais, etc.) e a noção de uma racionalidade compreensiva já não é aceita na análise das políticas públicas.

Finalmente, a letra E tem o mesmo erro da letra B. As políticas públicas abrangem sim as relações internacionais ou qualquer tema que seja percebido como um problema público.

Gabarito: letra D

7. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Existem diversas formas de abordar uma política pública, dependendo do ponto de vista do analista. Em geral, a análise de políticas públicas requer a inclusão de atores e instituições, dependendo da unidade de análise utilizada. Ao tratar da unidade fundamental de análise nas políticas públicas, destacam-se o indivíduo, o grupo ou as instituições. Nessas teorias, a alternativa que contém ideias relacionadas ao neoinstitucionalismo é:

A) os atores políticos e os atores econômicos agem racionalmente, em conjunto com as instituições, para maximizar suas utilidades, e o único ator político relevante é o indivíduo.

B) acreditar que os atores individuais são guiados pelo autointeresse e buscam sempre o curso de ação que mais se adapta às suas vantagens.

C) uma simplificação do que ocorre na realidade, tendo em vista que várias atividades políticas são implementadas pelas instituições por razões simbólicas, ritualistas, e não pela maximização de utilidades.

D) interpretar as políticas públicas nas sociedades como refletindo os interesses das instituições de classes dominantes.

E) reconhecer o papel crucial das instituições na vida política e argumentar que elas existem na sociedade para resolver problemas de informação e troca.

Comentários

O Neoinstitucionalismo é associado com a ideia de que as instituições (as "regras do jogo") são muito importantes na vida política. Deste modo, a letra E é a única alternativa que descreve corretamente o Neoinstitucionalismo.

Gabarito: letra E

8. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Sobre os tipos de políticas públicas, aquela que tem objetivos setoriais ou atende a demandas pontuais de grupos sociais específicos é a política pública

A) redistributiva.

B) distributiva.

C) refinanciadora.

D) regulatória.

E) regulo-redistributiva.

Comentários

A política pública do tipo distributiva tem como característica principal o fato de que os benefícios são concentrados em um número restrito de grupos ou pessoas, enquanto os custos são difusos para a sociedade como um todo.

Desta maneira, estas políticas não costumam ter muitos conflitos, pois acabam "custando pouco" para cada um de nós e não "percebemos" o seu custo individualmente. Como exemplos destas políticas, poderíamos citar os subsídios para certas indústrias ou as taxas reduzidas para idosos.

Gabarito: letra B

9. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Em resposta a um determinado problema público, há diferentes formas de encaminhar uma solução ou uma política pública. Considerando-se os três modelos principais de tomada de decisão em política pública, tem-se: modelo racional-compreensivo, modelo incremental e modelo mixed-scanning (análise misturada). Assinale a alternativa relativa a um pressuposto do modelo incremental

A) os governos democráticos não possuem efetivamente liberdade total na alocação de recursos públicos.

B) a informação é perfeita e não considera os limites cognitivos ao se analisarem todas as opções políticas.

C) a tomada de decisão ótima consistiria numa busca apressada, superficial de alternativas.

D) o modelo não considera adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões.

E) excluem-se as barganhas e os compromissos entre os decisores.

Comentários

O incrementalismo é muito forte na máquina pública e incida que, muitas vezes, não é possível tomar uma decisão que altere significativamente o status quo. Ou seja, esse modelo diz que as decisões no presente são condicionadas pelas decisões passadas e que as mudanças devem ser lentas e progressivas.

A letra A está correta, pois um dos pressupostos do modelo incremental é que os governos democráticos não possuem muita liberdade na alocação dos recursos, ou seja, que existem diversos gastos que já estão alocados em programas antigos e pré-existentes. É o que ocorre em nosso país.

Já a letra B está errada, pois o modelo incremental não crê que as informações estejam todas disponíveis. Esse é um pressuposto do modelo racional-compreensivo.

A letra C nos apresenta um pressuposto do modelo mixed-scanning, não do modelo incremental. Finalmente, tanto a letra D quanto a letra E nos trazem pressupostos do modelo racional-compreensivo.

Gabarito: letra A

10. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Em seu discurso na televisão, o ministro João Antônio disse: "...ser impossível para os atores públicos concentrarem suas atenções e atenderem a todos os problemas existentes em uma sociedade, dado que estes são abundantes, e os recursos necessários para solucioná-los, escassos. Por isso, é necessário que se estabeleçam quais questões serão tratadas pelo governo". O processo descrito pelo ministro tem relação com as fases ou ciclos de formulação das políticas públicas. A fase em questão é a fase de

A) análise para investimentos.

B) formação da agenda.

C) formulação de políticas.

D) implementação.

E) avaliação de viabilidade.

Comentários

O que o ministro está dizendo é que existe a necessidade de determinar quais serão os temas que serão objeto de ação do governo. Quando existe um problema público identificado, vários atores políticos podem buscar incluí-lo na agenda, ou seja, inserir este tema no rol de temas considerados relevantes pelo Estado.

Segundo Saraiva[42]:

> *"Na sua acepção mais simples, a noção de "**inclusão na agenda**" designa o estudo e explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos a adquirir status de "problema público", transformando-o em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas."*

Desta forma, a inclusão de um tema na agenda possibilita que este assunto seja objeto de debates e da busca por alternativas de solução.

Gabarito: letra B

11. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Sobre Política Pública, assinale a alternativa correta.

A) O tipo ou modelo de Estado não tem influência nas políticas públicas.

B) As políticas públicas atêm-se somente aos aspectos sociais.

C) Principalmente as pessoas ditas vulneráveis são o motivo da existência das políticas públicas.

D) As políticas públicas nunca serão resultado apenas da análise técnica e racional sobre um determinado problema.

[42] (Saraiva, 2006)

E) As relações internacionais estão fora do âmbito das políticas públicas.

Comentários

A letra A está incorreta, pois o tipo ou modelo de Estado tem, obviamente, muita importância nas políticas públicas. As prioridades e as instituições existentes no Estado acabam moldando o formato e a abrangência das políticas públicas.

A letra B está igualmente equivocada. As políticas públicas não estão restritas ao campo social, mas abrangem também a área econômica, de infraestrutura, de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento, dentre diversas outras.

A letra C também está errada, pois as pessoas vulneráveis não são o motivo de existência das políticas públicas. Elas, naturalmente, costumam receber uma atenção especial, mas existem políticas públicas que abordam outros problemas públicos que não guardam relação direta com a pobreza, como as políticas de proteção ao meio ambiente, de apoio à pesquisa científica, etc.

Já a letra D está correta. As políticas públicas não são o produto de uma análise apenas técnica e racional. Existem diversos atores que buscam influenciar as políticas públicas (com motivações ideológicas, emocionais, etc.) e a noção de uma racionalidade compreensiva já não é aceita na análise das políticas públicas.

Finalmente, a letra E tem o mesmo erro da letra B. As políticas públicas abrangem sim as relações internacionais ou qualquer tema que seja percebido como um problema público.

Gabarito: letra D

12. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Existem diversas formas de abordar uma política pública, dependendo do ponto de vista do analista. Em geral, a análise de políticas públicas requer a inclusão de atores e instituições, dependendo da unidade de análise utilizada. Ao tratar da unidade fundamental de análise nas políticas públicas, destacam-se o indivíduo, o grupo ou as instituições. Nessas teorias, a alternativa que contém ideias relacionadas ao neoinstitucionalismo é:

A) os atores políticos e os atores econômicos agem racionalmente, em conjunto com as instituições, para maximizar suas utilidades, e o único ator político relevante é o indivíduo.

B) acreditar que os atores individuais são guiados pelo autointeresse e buscam sempre o curso de ação que mais se adapta às suas vantagens.

C) uma simplificação do que ocorre na realidade, tendo em vista que várias atividades políticas são implementadas pelas instituições por razões simbólicas, ritualistas, e não pela maximização de utilidades.

D) interpretar as políticas públicas nas sociedades como refletindo os interesses das instituições de classes dominantes.

E) reconhecer o papel crucial das instituições na vida política e argumentar que elas existem na sociedade para resolver problemas de informação e troca.

Comentários

O Neoinstitucionalismo é associado com a ideia de que as instituições (as "regras do jogo") são muito importantes na vida política. Deste modo, a letra E é a única alternativa que descreve corretamente o Neoinstitucionalismo.

Gabarito: letra E

13. (QUESTÃO PRÓPRIA)

A Teoria da Escolha Pública (TEP), Public Choice, é o estudo dos processos de decisão política numa democracia, utilizando o instrumental analítico da economia. Indique quais das opções abaixo são Falsas (F) ou Verdadeiras (V) e depois assinale a resposta correta.

( ) para a Teoria da Escolha Pública, TEP, os agentes públicos tomariam decisões buscando o bem comum.

( ) o campo de estudo da Teoria da Escolha Pública é o resultado das decisões coletivas nas decisões individuais.

( ) Trata-se de um método de análise baseado nos princípios econômicos e aplicado aos objetos de estudo da ciência política, tais como as decisões do legislativo, os efeitos das regras eleitorais, o comportamento dos grupos de interesse, dos partidos políticos e da burocracia, entre outros.

( ) De acordo com seus teóricos, os agentes públicos e políticos seriam atores racionais e decidiriam as questões com base em seu interesse individual.

a) F, F, F, F

b) V, V, V, V

c) F, F, F, V

d) F, F, V, V

e) V, F, F, V

Comentários

A primeira afirmativa está errada, pois dentro da perspectiva da TEP, os agentes públicos seriam maximizadores de seus interesses, buscando uma decisão racional – e não baseada no bem comum.

O mesmo ocorreu na segunda frase. O campo de estudo da Teoria da Escolha Pública é o resultado das decisões individuais nas decisões coletivas, e não o contrário. Trata-se da análise de como o modo de pensar (e de decidir) afeta as decisões políticas.

Já a terceira frase está correta. A TEP analisará os efeitos das decisões individuais nos processos políticos. Finalmente, a frase final estabelece a principal ideia em que a TEP está embasada.

Gabarito: letra D

14. (QUESTÃO PRÓPRIA)

De acordo com Rocha, o neoinstitucionalismo busca se consolidar como uma referência teórica contrapondo-se aos modelos pluralista e marxista. Identifique a opção falsa.

a) O pluralismo concebe a distribuição do poder como um aspecto mais ou menos permanente das sociedades, especialmente as de democracia liberal. As sociedades são concebidas, nessa perspectiva, como compostas de diversos centros de poder, sendo que nenhum deles é totalmente soberano.

b) No Marxismo, as relações de classe são essencialmente relações de poder, constituindo o instrumento analítico para a interpretação das transformações sociais e políticas.

c) O Pluralismo adota o conceito de grupo de interesse ou grupo de pressão como instrumento analítico para o processo de decision-making.

d) Para o neoinstitucionalismo, o Estado, ao contrário do que defendem os pluralistas e marxistas, se submete aos interesses localizados na sociedade, sejam das classes ou dos grupos de interesse.

e) Apesar de se colocarem em lados opostos do debate, o pluralismo e o marxismo unem-se na ênfase analítica centrada na sociedade. Para ambas as perspectivas, a ação estatal é sempre resposta a estímulos vindos da sociedade.

Comentários

A única alternativa incorreta é a letra D, pois de acordo com os Neoinstitucionalistas o Estado não se submete aos interesses da sociedade, seja das classes (visão do marxismo) ou dos grupos de interesse (visão do pluralismo).

Gabarito: letra D

15. (QUESTÃO PRÓPRIA)

De uma ênfase maior no Estado como fator explicativo, proposta pela perspectiva state-centered, numa primeira fase, o neoinstitucionalismo evolui no sentido da ampliação do seu escopo de análise para a perspectiva que Skocpol denominou de polity-centered analysis. Indique quais das opções abaixo são Falsas (F) ou Verdadeiras (V) e depois assinale a resposta correta.

( ) A perspectiva de análise polity-centered busca equilibrar o papel do Estado e da sociedade nos estudos de caso, concebendo que o Estado é parte da sociedade e pode portanto, em certos casos, ser infuenciado por ela em maior grau do que a influencia.

( ) Na perspectiva state-centered, as políticas estatais aparecem como reflexo dos interesses do capital, seja como fruto do Estado visto como mero "comitê" destinado a gerir os negócios comuns a toda a burguesia, seja como resultado da ação de um Estado dotado de uma "autonomia relativa", mas que em "última instância" vela pelos interesses do capital.

( ) De acordo com a perspectiva de análise polity-centered, o Estado é considerado, a priori, como dotado de poder para gerar em seu interior suas políticas, conforme seus interesses ou concepções.

( ) Em sua primeira versão, denominada state-centered, o neoinstitucionalismo recoloca o Estado como foco analítico privilegiado: é ele que passa a explicar a natureza das políticas governamentais.

a) F, F, F, F

b) V, V, V, V

c) F, F, F, V

d) F, F, V, V

e) V, F, F, V

Comentários

A primeira afirmativa está perfeita. De acordo com a perspectiva polity-centered, o papel do Estado é reequilibrado, pois como o próprio é formado por membros da sociedade, a suposta "autonomia" em relação à sociedade não poderia ocorrer.

Já a segunda frase está errada. O modelo em que o Estado é visto como um "comitê" destinado a gerir os negócios comuns a toda a burguesia é o Marxista, e não o Neoinstitucionalista.

No caso da terceira afirmativa, o conceito foi invertido. Nesta segunda fase, o Estado **não** é considerado, *a priori,* como dotado de poder para gerar em seu interior suas políticas, conforme seus interesses ou concepções.

Finalmente, a quarta frase está correta e reflete o conceito da perspectiva state-centered do Neoinstitucionalismo.

Gabarito: letra E

16. (QUESTÃO PRÓPRIA)

Assinale a alternativa em que não haja identificação com a perspectiva da análise polity-centered:

a) O Estado aparece como variável independente, dotado de autonomia de ação. Portanto, as possibilidades e o poder político dos diversos grupos de interesse seriam determinados pelas instituições políticas e as "regras do jogo" instituídas por estas.

b) A perspectiva de análise polity-centered busca equilibrar o papel do Estado e da sociedade nos estudos de caso, concebendo que o Estado é parte da sociedade e pode, portanto, em certos casos, ser influenciado por ela em maior grau do que a influencia.

c)Há uma necessidade de enfocar não apenas governos centrais, mas também os níveis de governo periféricos.

d)A relação Estado/sociedade não compõe um jogo de soma zero, implicando a possibilidade de que compartilhem os mesmos objetivos.

e) o Estado não seria capaz de "sozinho" poder definir as políticas públicas.

Comentários

A questão solicita a afirmativa incorreta. A única frase que não está apontando corretamente algum aspecto da perspectiva *polity-centered* é a letra A, pois esta é uma característica da perspectiva *state-centered.*

Gabarito: letra A

17. (QUESTÃO PRÓPRIA)

Sobre a teoria do Neoinstitucionalismo, marque a opção incorreta:

a) Essa teoria afirma que o Estado tem autonomia em relação à sociedade e que as suas decisões buscariam manter ou ampliar o poder político e a capacidade de ação de suas instituições.

b) Para o Neoinstitucionalismo, o Estado seria um "mal necessário" devido à sua importância na atuação sobre as falhas de mercado.

c) Essa teoria passou a ser utilizada por atores que buscavam um retorno parcial aos princípios do Liberalismo – governos "menores" e com uma oferta reduzida de serviços públicos.

d) No Neoinstitucionalismo, a atuação do Estado poderia ser considerada um "second best", em que sua presença seria fundamental, não devendo portanto, ser evitada.

e) Haveria mais eficiência, agilidade e flexibilidade da atuação das instituições do setor privado na prestação de serviço público.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra D, pois justamente por ser um "second best" (não seria a melhor), a atuação do Estado seria considerada um mal necessário. Assim, só deveria ocorrer ou atuar onde fosse necessário.

As demais alternativas estão corretas.

Gabarito: letra D

18. (CESPE – CAGE-RS – AUDITOR - 2018)

Vários atores participam e influenciam, direta ou indiretamente, o processo de formulação de políticas públicas, a exemplo de atores estatais ou públicos, entre os quais se incluem

A) os burocratas e os designados politicamente.

B) as organizações de terceiro setor e os meios de comunicação.

C) os empresários e as sociedades civis organizadas.

D) os grupos de interesse e os fornecedores.

E) os políticos e os grupos de pressão.

Comentários

A etapa da formulação das alternativas de políticas públicas é a **fase em que os atores mostram suas preferências e quando tentam afirmar seus interesses**. De acordo com Saraiva[43]:

Desta forma**, na etapa da formulação é que os atores (políticos, analistas e demais atores) envolvidos na política resumem o que esperam que sejam os resultados da política**[44].

Destes atores, aqueles que estão dentro do poder públicos são os burocratas e os agentes políticos.

Gabarito: Letra A

19. (CESPE – ABIN – OFICIAL - 2018)

A extinção é considerada a última fase do ciclo de políticas públicas porque trata da reflexão sobre os limites das políticas públicas, seu esgotamento e sua substituição por novas políticas.
Comentários

De acordo com Saraiva[45], estas fases são: **definição da agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.**

De acordo com Secchi[46], ainda existe a etapa da extinção. Esta etapa origina-se com base em três causas:

- ✓ O problema que originou a política é percebido como resolvido;
- ✓ Os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; ou
- ✓ O problema perdeu importância.

Nesta fase teríamos uma reflexão sobre os limites das políticas públicas, seu esgotamento e necessidade de substituição por novas políticas.

Gabarito: Certo

20. (CESPE – TRE-PE – ANALISTA - 2017)

A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas consiste em

A) organizar as demandas sociais.

B) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.

---

[43] (Saraiva, 2006)

[44] (Secchi, 2010)

[45] (Saraiva, 2006)

[46]

C) construir alianças políticas.

D) julgar os efeitos previstos para uma política pública.

E) designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.

Comentários

A construção da agenda é a **primeira fase do processo de políticas públicas**. Esta fase envolve a **identificação do problema público e a percepção de que algo deve ser feito para resolvê-lo**.

Em relação à identificação do problema, esta depende da percepção das pessoas e grupos. Isto ocorre, pois nem sempre temos a mesma noção do que realmente seja um "problema". Para a construção da agenda, a organização das demandas sociais é fundamental, analisando quais são os problemas percebidos como relevantes para a sociedade ou mesmo para determinados grupos sociais.

Gabarito: Letra A

21. (CESPE – TCE-PE – AUDITOR - 2017)

No processo de construção da agenda de políticas públicas, define-se a lista dos problemas ou dos assuntos que chamam a atenção de atores governamentais e cidadãos em geral.

Comentários

Segundo Saraiva[47]:

> "Na sua acepção mais simples, a noção de "inclusão na agenda" designa o estudo e explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos a adquirir status de "problema público", transformando-o em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia. Frequentemente, a inclusão na agenda induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas. "

Desta forma, a inclusão de um tema na agenda possibilita que este assunto seja objeto de debates e da busca por alternativas de solução.

Gabarito: Certo

22. (CESPE – TCE-PE – ANALISTA - 2017)

A formulação e a implementação de políticas públicas são processos idênticos, razão por que esses termos podem ser utilizados de forma intercambiável.
Comentários

[47] (Saraiva, 2006)

As etapas não são idênticas ou significam a mesma coisa. A etapa da formulação das alternativas de políticas públicas é a **fase em que os atores mostram suas preferências e quando tentam afirmar seus interesses**. De acordo com Saraiva[48]:

> *"A formulação inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro."*

Desta forma, **na etapa da formulação é que os atores (políticos, analistas e demais atores) envolvidos na política resumem o que esperam que sejam os resultados da política**[49].

Já a implementação é a **etapa em que os planos e decisões são postas em prática**. Neste momento, são executadas as ações e os primeiros resultados da política começam a aparecer.

Gabarito: Errado

23. (CESPE – TCE-PE – ANALISTA - 2017)

A última etapa do ciclo de políticas públicas é a avaliação, que consiste na mensuração de resultados e de impactos com o propósito de compará-los às metas originais.
Comentários

A questão baseou-se na classifcação do Saraiva. Para facilitar a compreensão do processo de políticas públicas, separa-se em etapas ou fases sequenciais o que seria o ciclo de políticas públicas. De acordo com Saraiva50, estas fases são: **definição da agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.**

Entretanto, cabe ressaltar que **estas fases podem estar sobrepostas na realidade**, ou seja, podem ocorrer ao mesmo tempo. Existem muitas situações também em que as fases não ocorrem na mesma sequência disposta na teoria.

Gabarito: Certo

24. (CESPE – TCE-PE – ANALISTA - 2017)

A inclusão de uma necessidade da população nas prioridades do poder público refere-se à etapa de construção de agendas do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.
Comentários

Perfeito. A construção da agenda é a **primeira fase do processo de políticas públicas**. Esta fase envolve a **identificação do problema público e a percepção de que algo deve ser feito para resolvê-lo**.

---

[48] (Saraiva, 2006)

[49] (Secchi, 2010)

[50] (Saraiva, 2006)

Uma etapa importante na construção da agenda é a organização das demandas sociais, quais são os problemas percebidos como relevantes para a sociedade ou mesmo para determinados grupos sociais.

Gabarito: Certo

25. (CESPE – INSS – ANALISTA - 2016)

Políticas públicas distributivas são menos conflituosas que políticas redistributivas, uma vez que os recursos destinados às distributivas são alocados pelo Estado, não ficando explícito quem paga ou quem perde com as decisões tomadas pelo poder público.
Comentários

As políticas distributivas têm como característica principal o fato de que os benefícios são concentrados em um número restrito de grupos ou pessoas, enquanto os custos são difusos para a sociedade como um todo.

Portanto, essas políticas não costumam ter muitos conflitos, pois acabam "custando pouco" para cada um de nós e não "percebemos" o seu custo individualmente.

Já as políticas redistributivas são mais conflituosas, pois são custeadas por um grupo restrito de pessoas para o benefício também de um grupo restrito de pessoas.

Gabarito: correta

26. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

Entende-se por políticas públicas um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de demandas sociais; por isso, essas demandas sempre alcançam a agenda governamental das autoridades públicas decisórias
Comentários

A afirmativa tem um erro: não é sempre que as demandas sociais alcançam a agenda decisória e passam a fazer parte de uma política pública. De acordo com Kingdon[51]:

> *"Uma agenda governamental é **uma lista de temas que são alvos de atenção por parte das autoridades em um determinado momento**. Assim, um processo de estabelecimento de agenda filtra o conjunto de temas, que poderiam ocupar suas atenções, produzindo a lista de temas na qual eles realmente se concentram."*

Estas agendas podem também ser classificadas em três tipos:

- **Não governamental** – temas que não recebem muita atenção do Estado, apesar de serem reconhecidos como problemas pela sociedade como um todo. Alguns autores consideram estes temas apenas um "estado de coisas";
- **Governamental** – temas que já estão sendo analisados pelo governo de um modo formal e institucionalizado;

[51] (Kingdon, 2006)

- **Decisória** – temas que estão em um processo de decisão formal pelos políticos e que serão abordados por uma política pública.

Esta divisão é importante para entendermos porque um problema as vezes é abordado pelos políticos, mas nunca "vai adiante". Para que um problema seja enfrentado de modo eficaz, é necessário que esteja na agenda de decisão. Deste modo, a demanda social pode não entrar na agenda decisória.

Gabarito: errada

27. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

A partir da predefinição do problema, o processo ou ciclo de políticas públicas contempla os seguintes momentos: agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação
Comentários

De acordo com Saraiva[52], as fases do ciclo de políticas públicas são: definição da agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

Gabarito: correta

28. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

A abordagem racional refere-se à análise e formulação de políticas públicas e consiste em dar foco ao processo político
Comentários

De acordo com a abordagem racional, também chamada de modelo racional compreensivo, existem informações completas ao dispor dos agentes públicos e seria possível uma decisão que tomasse em questão todas as alternativas possíveis com base em uma racionalidade.

Ou seja, o modelo postula que o Estado teria condições de prever todos os desdobramentos futuros de suas decisões e analisar todas as variáveis importantes. Não existe esse foco ao processo político mencionado na questão.

Gabarito: errada

29. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

A teoria do equilíbrio pontuado, um dos modelos de avaliação de políticas públicas que é fundamentado no fluxo de problemas, no fluxo de soluções e no fluxo político, visa à compreensão da formação da agenda governamental
Comentários

[52] (Saraiva, 2006)

A questão trata da Teoria do Equilíbrio Pontuado, que busca explicar uma situação recorrente nas políticas públicas: apesar das políticas serem, geralmente, marcadas por uma estabilidade, ocasionalmente ocorrem grandes "rupturas". Assim, as políticas públicas teriam um caráter de estabilidade, mas grandes mudanças poderiam ocorrer (em crises, por exemplo).

Vejam que a questão não trata disso, mas sim faz uma confusão com o modelo de fluxos múltiplos de Kingdon, que tenta explicar porque alguns temas entram e outros não entram na agenda governamental. Este modelo parte do princípio de que os governos são permeados por três fluxos:

- Fluxo dos problemas;
- Fluxo das soluções ou alternativas;
- Fluxo da política.

Gabarito: errada

30. (CESPE – TCU – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - 2013)

A ocorrência de eventos ou crises pode suscitar a emergência de problemas ou assuntos, não sendo suficiente, contudo, para impelir a entrada de um assunto na agenda.
Comentários

Perfeito. A ocorrência de uma crise ou evento pode sim ser um fator que venha a pôr esse tema na agenda, as nem sempre tem o poder de impor o tema.

Uma crise de segurança em uma penitenciária pode trazer esse tema para a agenda governamental, mas não conseguir chegar a agenda decisória, pois não existem forças políticas, recursos necessários, ou mesmo consenso político para resolver o problema.

Gabarito: correta

LISTA DE QUESTÕES TRABALHADAS NA AULA

1. (CEPERJ – SEFAZ-RJ - EPPGG – 2012)

A formação da agenda governamental nas sociedades democráticas é um processo complexo, gerando muitas vezes tensões e conflitos. No Brasil não é diferente, em razão das desigualdades sociais e de demandas não resolvidas. Leia as seguintes afirmações:

I- A formação da agenda governamental conta com a participação do alto staff da administração pública, do Ministério Público e de parlamentares do Poder Legislativo.

II- No mundo contemporâneo, a formação da agenda governamental sofre influência dos seguintes atores não governamentais: grupos de pressão, acadêmicos e opinião pública.

III- Na maioria das vezes os grupos de pressão agem mais no sentido de incluir temas na agenda governamental, enquanto os acadêmicos utilizam seu forte poder de veto.

IV- A agenda governamental pode ser definida como a lista de problemas ou assuntos que recebem atenção e prioridade por parte do governo e dos cidadãos.

V- A formação da agenda governamental é influenciada pelas características próprias das instituições do Poder Executivo responsáveis pela produção de políticas públicas.

São corretas:

A) II, IV e V

B) I, II e III

C) I, II e IV

D) II, III e IV

E) II, III e V

2. (VUNESP - IAMSPE-SP - ANALISTA - 2012)

O neoinstitucionalismo propõe uma teoria de médio alcance voltada para

A) um mecanismo causal.

B) a luta de classes.

C) explicar certos casos envolvendo todos os eventos.

D) estudos empíricos.

E) o pluralismo.

3. (VUNESP – IAMSPE-SP – EXECUTIVO – 2012)

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, os espaços em branco.

O modelo incremental de tomada de decisão em política pública tem por significado buscar a solução de problemas de maneira_____, _____ modificações nas situações já existentes, e _____ de qualquer natureza.

A) gradual...sem introduzir grandes...sem provocar rupturas.

B) gradual...sem introduzir pequenas...provocando rupturas.

C) ininterrupta...sem introduzir...provocando rupturas.

D) ininterrupta...introduzindo grandes...sem provocar rupturas.

E) eventual...introduzindo pequenas...provocando rupturas.

4. (VUNESP – IAMSPE-SP – EXECUTIVO – 2012)

Assinale a alternativa que preenche corretamente o espaço em branco da frase a seguir. Quando se afirma que os decisores estabelecem quais os valores a serem maximizados e quais as alternativas que melhor poderão ser maximizadas, considerando o modelo racional, formalizado por H. Simon, entende-se que a seleção da alternativa a ser adotada é feita a partir de uma análise _____ de cada alternativa e suas consequências.

A) abrangente e detalhada.

B) abrangente e focada.

C) focada e lenta.

D) lenta e genérica.

E) genérica e detalhada.

5. (VUNESP – IAMSPE-SP – EXECUTIVO – 2012)

A visão racional envolve comparar as alternativas que melhor sirvam à obtenção de um dado resultado. Ela envolve: listar todas as estratégias alternativas, determinando todas as consequências que que decorram de cada estratégia alternativa, e

A) escolher um conjunto de ações não consequentes.

B) escolher uma consequência que seja mais familiar.

C) descartar a consequência que seja mais familiar.

D) avaliar uma consequência que seja mais familiar.

E) avaliar comparativamente cada um dos conjuntos de consequências.

6. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Sobre Política Pública, assinale a alternativa correta.

A) O tipo ou modelo de Estado não tem influência nas políticas públicas.

B) As políticas públicas atêm-se somente aos aspectos sociais.

C) Principalmente as pessoas ditas vulneráveis são o motivo da existência das políticas públicas.

D) As políticas públicas nunca serão resultado apenas da análise técnica e racional sobre um determinado problema.

E) As relações internacionais estão fora do âmbito das políticas públicas.

7. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Existem diversas formas de abordar uma política pública, dependendo do ponto de vista do analista. Em geral, a análise de políticas públicas requer a inclusão de atores e instituições, dependendo da unidade de análise utilizada. Ao tratar da unidade fundamental de análise nas políticas públicas, destacam-se o indivíduo, o grupo ou as instituições. Nessas teorias, a alternativa que contém ideias relacionadas ao neoinstitucionalismo é:

A) os atores políticos e os atores econômicos agem racionalmente, em conjunto com as instituições, para maximizar suas utilidades, e o único ator político relevante é o indivíduo.

B) acreditar que os atores individuais são guiados pelo autointeresse e buscam sempre o curso de ação que mais se adapta às suas vantagens.

C) uma simplificação do que ocorre na realidade, tendo em vista que várias atividades políticas são implementadas pelas instituições por razões simbólicas, ritualistas, e não pela maximização de utilidades.

D) interpretar as políticas públicas nas sociedades como refletindo os interesses das instituições de classes dominantes.

E) reconhecer o papel crucial das instituições na vida política e argumentar que elas existem na sociedade para resolver problemas de informação e troca.

8. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Sobre os tipos de políticas públicas, aquela que tem objetivos setoriais ou atende a demandas pontuais de grupos sociais específicos é a política pública

A) redistributiva.

B) distributiva.

C) refinanciadora.

D) regulatória.

E) regulo-redistributiva.

9. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Em resposta a um determinado problema público, há diferentes formas de encaminhar uma solução ou uma política pública. Considerando-se os três modelos principais de tomada de decisão em política pública, tem-se: modelo racional-compreensivo, modelo incremental e modelo mixed-scanning (análise misturada). Assinale a alternativa relativa a um pressuposto do modelo incremental

A) os governos democráticos não possuem efetivamente liberdade total na alocação de recursos públicos.

B) a informação é perfeita e não considera os limites cognitivos ao se analisarem todas as opções políticas.

C) a tomada de decisão ótima consistiria numa busca apressada, superficial de alternativas.

D) o modelo não considera adequadamente o peso das relações de poder na tomada de decisões.

E) excluem-se as barganhas e os compromissos entre os decisores.

10. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Em seu discurso na televisão, o ministro João Antônio disse: "...ser impossível para os atores públicos concentrarem suas atenções e atenderem a todos os problemas existentes em uma sociedade, dado que estes são abundantes, e os recursos necessários para solucioná-los, escassos. Por isso, é necessário que se estabeleçam quais questões serão tratadas pelo governo". O processo descrito pelo ministro tem relação com as fases ou ciclos de formulação das políticas públicas. A fase em questão é a fase de

A) análise para investimentos.

B) formação da agenda.

C) formulação de políticas.

D) implementação.

E) avaliação de viabilidade.

11. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Sobre Política Pública, assinale a alternativa correta.

A) O tipo ou modelo de Estado não tem influência nas políticas públicas.

B) As políticas públicas atêm-se somente aos aspectos sociais.

C) Principalmente as pessoas ditas vulneráveis são o motivo da existência das políticas públicas.

D) As políticas públicas nunca serão resultado apenas da análise técnica e racional sobre um determinado problema.

E) As relações internacionais estão fora do âmbito das políticas públicas.

12. (VUNESP - SEE-SP - EXECUTIVO - 2011)

Existem diversas formas de abordar uma política pública, dependendo do ponto de vista do analista. Em geral, a análise de políticas públicas requer a inclusão de atores e instituições, dependendo da unidade de análise utilizada. Ao tratar da unidade fundamental de análise nas políticas públicas, destacam-se o indivíduo, o grupo ou as instituições. Nessas teorias, a alternativa que contém ideias relacionadas ao neoinstitucionalismo é:

A) os atores políticos e os atores econômicos agem racionalmente, em conjunto com as instituições, para maximizar suas utilidades, e o único ator político relevante é o indivíduo.

B) acreditar que os atores individuais são guiados pelo autointeresse e buscam sempre o curso de ação que mais se adapta às suas vantagens.

C) uma simplificação do que ocorre na realidade, tendo em vista que várias atividades políticas são implementadas pelas instituições por razões simbólicas, ritualistas, e não pela maximização de utilidades.

D) interpretar as políticas públicas nas sociedades como refletindo os interesses das instituições de classes dominantes.

E) reconhecer o papel crucial das instituições na vida política e argumentar que elas existem na sociedade para resolver problemas de informação e troca.

13. (QUESTÃO PRÓPRIA)

A Teoria da Escolha Pública (TEP), Public Choice, é o estudo dos processos de decisão política numa democracia, utilizando o instrumental analítico da economia. Indique quais das opções abaixo são Falsas (F) ou Verdadeiras (V) e depois assinale a resposta correta.

( ) para a Teoria da Escolha Pública, TEP, os agentes públicos tomariam decisões buscando o bem comum.

( ) o campo de estudo da Teoria da Escolha Pública é o resultado das decisões coletivas nas decisões individuais.

( ) Trata-se de um método de análise baseado nos princípios econômicos e aplicado aos objetos de estudo da ciência política, tais como as decisões do legislativo, os efeitos das regras eleitorais, o comportamento dos grupos de interesse, dos partidos políticos e da burocracia, entre outros.

( ) De acordo com seus teóricos, os agentes públicos e políticos seriam atores racionais e decidiriam as questões com base em seu interesse individual.

a) F, F, F, F

b) V, V, V, V

c) F, F, F, V

d) F, F, V, V

e) V, F, F, V

14. (QUESTÃO PRÓPRIA)

De acordo com Rocha, o neoinstitucionalismo busca se consolidar como uma referência teórica contrapondo-se aos modelos pluralista e marxista. Identifique a opção falsa.

a) O pluralismo concebe a distribuição do poder como um aspecto mais ou menos permanente das sociedades, especialmente as de democracia liberal. As sociedades são concebidas, nessa perspectiva, como compostas de diversos centros de poder, sendo que nenhum deles é totalmente soberano.

b) No Marxismo, as relações de classe são essencialmente relações de poder, constituindo o instrumento analítico para a interpretação das transformações sociais e políticas.

c) O Pluralismo adota o conceito de grupo de interesse ou grupo de pressão como instrumento analítico para o processo de decision-making.

d) Para o neoinstitucionalismo, o Estado, ao contrário do que defendem os pluralistas e marxistas, se submete aos interesses localizados na sociedade, sejam das classes ou dos grupos de interesse.

e) Apesar de se colocarem em lados opostos do debate, o pluralismo e o marxismo unem-se na ênfase analítica centrada na sociedade. Para ambas as perspectivas, a ação estatal é sempre resposta a estímulos vindos da sociedade.

15. (QUESTÃO PRÓPRIA)

De uma ênfase maior no Estado como fator explicativo, proposta pela perspectiva state-centered, numa primeira fase, o neoinstitucionalismo evolui no sentido da ampliação do seu escopo de análise para a perspectiva que Skocpol denominou de polity-centered analysis. Indique quais das opções abaixo são Falsas (F) ou Verdadeiras (V) e depois assinale a resposta correta.

( ) A perspectiva de análise polity-centered busca equilibrar o papel do Estado e da sociedade nos estudos de caso, concebendo que o Estado é parte da sociedade e pode portanto, em certos casos, ser infuenciado por ela em maior grau do que a influencia.

( ) Na perspectiva state-centered, as políticas estatais aparecem como reflexo dos interesses do capital, seja como fruto do Estado visto como mero "comitê" destinado a gerir os negócios comuns a toda a burguesia, seja como resultado da ação de um Estado dotado de uma "autonomia relativa", mas que em "última instância" vela pelos interesses do capital.

( ) De acordo com a perspectiva de análise polity-centered, o Estado é considerado, a priori, como dotado de poder para gerar em seu interior suas políticas, conforme seus interesses ou concepções.

( ) Em sua primeira versão, denominada state-centered, o neoinstitucionalismo recoloca o Estado como foco analítico privilegiado: é ele que passa a explicar a natureza das políticas governamentais.

a) F, F, F, F

b) V, V, V, V

c) F, F, F, V

d) F, F, V, V

e) V, F, F, V

16. (QUESTÃO PRÓPRIA)

Assinale a alternativa em que não haja identificação com a perspectiva da análise polity-centered:

a) O Estado aparece como variável independente, dotado de autonomia de ação. Portanto, as possibilidades e o poder político dos diversos grupos de interesse seriam determinados pelas instituições políticas e as "regras do jogo" instituídas por estas.

b) A perspectiva de análise polity-centered busca equilibrar o papel do Estado e da sociedade nos estudos de caso, concebendo que o Estado é parte da sociedade e pode, portanto, em certos casos, ser influenciado por ela em maior grau do que a influencia.

c)Há uma necessidade de enfocar não apenas governos centrais, mas também os níveis de governo periféricos.

d)A relação Estado/sociedade não compõe um jogo de soma zero, implicando a possibilidade de que compartilhem os mesmos objetivos.

e) o Estado não seria capaz de "sozinho" poder definir as políticas públicas.

17. (QUESTÃO PRÓPRIA)

Sobre a teoria do Neoinstitucionalismo, marque a opção incorreta:

a) Essa teoria afirma que o Estado tem autonomia em relação à sociedade e que as suas decisões buscariam manter ou ampliar o poder político e a capacidade de ação de suas instituições.

b) Para o Neoinstitucionalismo, o Estado seria um "mal necessário" devido à sua importância na atuação sobre as falhas de mercado.

c) Essa teoria passou a ser utilizada por atores que buscavam um retorno parcial aos princípios do Liberalismo – governos "menores" e com uma oferta reduzida de serviços públicos.

d) No Neoinstitucionalismo, a atuação do Estado poderia ser considerada um "second best", em que sua presença seria fundamental, não devendo portanto, ser evitada.

e) Haveria mais eficiência, agilidade e flexibilidade da atuação das instituições do setor privado na prestação de serviço público.

18. (CESPE – CAGE-RS – AUDITOR - 2018)

Vários atores participam e influenciam, direta ou indiretamente, o processo de formulação de políticas públicas, a exemplo de atores estatais ou públicos, entre os quais se incluem

A) os burocratas e os designados politicamente.

B) as organizações de terceiro setor e os meios de comunicação.

C) os empresários e as sociedades civis organizadas.

D) os grupos de interesse e os fornecedores.

E) os políticos e os grupos de pressão.

19. (CESPE – ABIN – OFICIAL - 2018)

A extinção é considerada a última fase do ciclo de políticas públicas porque trata da reflexão sobre os limites das políticas públicas, seu esgotamento e sua substituição por novas políticas.

20. (CESPE – TRE-PE – ANALISTA - 2017)

A formulação e o desenvolvimento de políticas públicas seguem etapas sequenciais no chamado ciclo de políticas públicas. Nesse ciclo, uma tarefa típica da etapa de construção de agendas consiste em

A) organizar as demandas sociais.

B) realizar estudo técnico de soluções para um problema público.

C) construir alianças políticas.

D) julgar os efeitos previstos para uma política pública.

E) designar atores responsáveis pela execução de tarefas intermediárias para a implementação de um programa público.

21. (CESPE – TCE-PE – AUDITOR - 2017)

No processo de construção da agenda de políticas públicas, define-se a lista dos problemas ou dos assuntos que chamam a atenção de atores governamentais e cidadãos em geral.

22. (CESPE – TCE-PE – ANALISTA - 2017)

A formulação e a implementação de políticas públicas são processos idênticos, razão por que esses termos podem ser utilizados de forma intercambiável.

23. (CESPE – TCE-PE – ANALISTA - 2017)

A última etapa do ciclo de políticas públicas é a avaliação, que consiste na mensuração de resultados e de impactos com o propósito de compará-los às metas originais.

24. (CESPE – TCE-PE – ANALISTA - 2017)

A inclusão de uma necessidade da população nas prioridades do poder público refere-se à etapa de construção de agendas do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas.

25. (CESPE – INSS – ANALISTA - 2016)

Políticas públicas distributivas são menos conflituosas que políticas redistributivas, uma vez que os recursos destinados às distributivas são alocados pelo Estado, não ficando explícito quem paga ou quem perde com as decisões tomadas pelo poder público.

26. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

Entende-se por políticas públicas um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de demandas sociais; por isso, essas demandas sempre alcançam a agenda governamental das autoridades públicas decisórias

27. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

A partir da predefinição do problema, o processo ou ciclo de políticas públicas contempla os seguintes momentos: agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação

28. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

A abordagem racional refere-se à análise e formulação de políticas públicas e consiste em dar foco ao processo político

29. (CESPE – TRE-PI – ANALISTA - 2016)

A teoria do equilíbrio pontuado, um dos modelos de avaliação de políticas públicas que é fundamentado no fluxo de problemas, no fluxo de soluções e no fluxo político, visa à compreensão da formação da agenda governamental

30. (CESPE – TCU – AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - 2013)

A ocorrência de eventos ou crises pode suscitar a emergência de problemas ou assuntos, não sendo suficiente, contudo, para impelir a entrada de um assunto na agenda.

GABARITO

1. A
2. D
3. A
4. A
5. E
6. D
7. E
8. B
9. A
10. B
11. D
12. E
13. D
14. D
15. E
16. A
17. D
18. A
19. C
20. A
21. C
22. E
23. C
24. C
25. C
26. E
27. C
28. E
29. E
30. C

BIBLIOGRAFIA

Abrucio, F., Pedroti, P., & Pó, M. (2010). A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. Em F. Abrucio, M. Loureiro, & R. Pacheco, *Burocracia e política no Brasil* (pp. 27-72). Rio de Janeiro: FGV.

Andrews, C. W., & Bariani, E. (2010). *Administração Pública no Brasil: breve história política.* São Paulo: Unifesp.

Bresser Pereira, L. C. (2001). Do Estado Patrimonial ao Gerencial. Em W. e. Pinheiro, *Brasil: um século de transformações* (pp. 222-259). São Paulo: Cia das Letras.

Costa, F. L. (Set/Out de 2008). Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública, 42*(5), 829-874.

Junior, O. B. (Abr/Jun de 1998). As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. *Revista do Serviço Público, Ano 49*(2), 5-32.

Martins, L. (1997). Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. *Caderno Enap, n° 8*.

Melo, C., & Anastasia, F. (2005). A Reforma da Previdência em Dois Tempos. *DADOS - Revista de Ciências Sociais, 48*, 301-332.

Pacheco Filho, C., & Winckler, C. (Mar de 2005). Reforma da Previdência: o ajuste no serviço público. *Indicadores Econômicos FEE, V. 32*, 221-248.

Paludo, A. V. (2010). *Administração pública: teoria e questões* (1° ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

(1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.* Brasília: Presidência da República.

Resende, A. L. (1990). Estabilização e Reforma: 1964 - 1967. Em M. d. Abreu, *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana* (pp. 213-232). Rio de Janeiro: Campus.

Torres, M. D. (2004). *Estado, democracia e administração pública no Brasil* (1° Ed. ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Por hoje é só pessoal! Estarei disponível no e-mail abaixo para qualquer dúvida.

rodrigorenno99@hotmail.com

https://www.facebook.com/profrodrigorenno/

http://twitter.com/rrenno99

https://www.youtube.com/user/rodrigorenno99/

Bons estudos e sucesso!

Rodrigo Rennó

Conheça meus outros cursos atualmente no site!

Acesse http://estrategiaconcursos.com.br/cursos-professor/2800/rodrigo-renno

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.